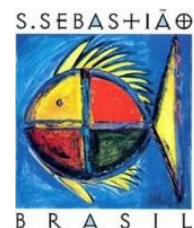




FUNDAÇÃO DE SAÚDE PÚBLICA DE SÃO SEBASTIÃO
Lei Complementar nº 168/2013 e alterações



PROCESSO N.º 224/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 07/2026

Torna-se público que a Fundação de Saúde Pública de São Sebastião, realizará licitação visando o **REGISTRO DE PREÇOS**, conforme modalidade, forma, critério de julgamento e modo de disputa indicados no quadro abaixo, nos termos da Lei nº 14.133/2021, do Decreto Municipal nº 9136/2023 e suas alterações e demais legislações aplicáveis e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

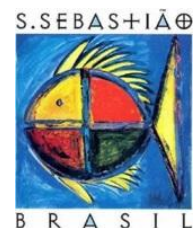
Modalidade e Forma	Pregão Eletrônico		
Apresentação de Proposta	Até 15/07/2026 às 08:00h (horário de Brasília)		
Abertura da licitação	15/07/2026 às 08:30h (horário de Brasília)		
Critério de Julgamento	<input checked="" type="checkbox"/> Menor Preço <input type="checkbox"/> Maior Desconto <input type="checkbox"/> Por item <input checked="" type="checkbox"/> Por lote/grupo <input type="checkbox"/> Global		
Modo de Disputa	<input type="checkbox"/> Aberto <input checked="" type="checkbox"/> Aberto/Fechado <input type="checkbox"/> Fechado/Aberto		
Intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances	R\$ 100,00 <i>(incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta)</i>		
Tratamento favorecido ME/EPP/EQUIPARADAS	<input checked="" type="checkbox"/> Sim. Vide condições no Edital e Termo de Referência <input type="checkbox"/> Não. Valor estimado superior (§1º art. 4º da Lei 14.133/2021)		
Licitação Exclusiva ME/EPP/EQUIPARADAS? (Art. 48, I da Lei Complementar nº 123/2006)	Reserv. Cota ME/EPP/EQUIP.? (Art. 48, III da Lei Complementar nº 123/2006)	Ampla Concorrência?	Exige Amostra/Catálogo?
Sim. Lotes 2,14, 15, 16, 17, 18, 19 e 20	Não	Sim. Lotes 1, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11,12 e 13	Sim. Vide item 9.4 do Anexo IV – Termo de Referência
Permitida a participação de consórcio	<input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não		
Garantia de proposta (art. 58 da Lei 14.133/2021)	<input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não		
Valor Estimado (máximo) da Contratação	Orçamento estimado sigiloso		
Sistema Eletrônico e Locais em que serão divulgadas informações sobre o certame	https://bll.org.br https://fspss.org.br/publicacoes/pregao-eletronico		





FUNDAÇÃO DE SAÚDE PÚBLICA DE SÃO SEBASTIÃO

Lei Complementar nº 168/2013 e alterações



Pedidos de esclarecimentos e impugnações

<https://bll.org.br>

1. DO OBJETO

- 1.1. O objeto da presente licitação é **REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIOS GERAIS PARA AS UNIDADES DA FUNDAÇÃO DE SAÚDE PÚBLICA DE SÃO SEBASTIÃO** conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência.
- 1.2. O critério de julgamento será o indicado no quadro acima e quando da licitação dividida em lotes, o licitante poderá participar em quantos lotes forem de seu interesse, devendo oferecer proposta para todos os itens que compõem o lote escolhido.

2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

- 2.1. Poderão participar deste Pregão os interessados do ramo de atividade pertinente ao objeto da contratação, que preencham as condições estabelecidas neste edital e que estiverem previamente credenciados perante o provedor do sistema eletrônico da www.bll.org.br.
- 2.2. A participação do licitante no pregão eletrônico se dará exclusivamente por meio do sistema eletrônico da plataforma eletrônica www.bll.org.br, através de manifestação de operador formalmente designado.
- 2.3. O acesso do operador ao pregão, para efeito de encaminhamento de proposta de preço e lances sucessivos de preços, em nome do licitante, somente se dará mediante prévia definição de senha privativa.
- 2.4. É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo a Fundação de Saúde Pública de São Sebastião a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.
- 2.5. O licitante se compromete a:
 - 2.5.1. responsabilizar-se, formalmente, pelas transações efetuadas em seu nome, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances, inclusive, os atos praticados diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou à Entidade promotora da licitação, responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros;
 - 2.5.2. acompanhar as operações do sistema eletrônico durante o processo licitatório, responsabilizando-se pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pela Entidade promotora da licitação ou de sua desconexão;
 - 2.5.3. comunicar ao provedor do sistema, qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso;
- 2.6. No caso de dúvida quanto à utilização da ferramenta da plataforma "bll", utilizar o suporte ao fornecedor da BLL através do telefone (41) 3097-4600 ou através do e-mail contato@bll.org.br;
- 2.7. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sistema e mantê-los atualizados junto aos órgãos/Entidade responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.
- 2.8. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.
- 2.9. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no art. 16 da Lei nº 14.133/2021 e para o





microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123/2006 e conforme disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º da Lei nº 14.133/2021.

2.10. Além das vedações estabelecidas pelo art. 14 da Lei nº 14.133/2021, não será permitida a participação do licitante:

2.10.1. que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

2.10.2. agente público do órgão/entidade licitante nos termos do §1º do art. 9º da Lei 14.133/2021;

2.10.3. entidades do terceiro setor assim classificadas como Organização da Sociedade Civil - OSC, atuando nessa condição;

2.10.4. reunido em consórcio, salvo se autorizado no quadro constante do preâmbulo deste edital.

3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

3.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

3.2. No cadastramento da proposta inicial o licitante declarará, em campo próprio do sistema que:
Obs.: As declarações que o sistema não facultar em campo próprio devem ser apresentadas pelo licitante detentor da melhor proposta juntamente com seus documentos de habilitação.

3.2.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

3.2.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal;

3.2.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

3.2.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

3.3. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no art. 16 da Lei nº 14.133/2021.

3.4. O fornecedor enquadrado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º da Lei nº 14.133/2021.

3.4.1. No caso de item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

3.4.2. Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123/2006, mesmo que microempresa ou empresa de pequeno porte.

3.4.3. Caso o valor estimado da presente licitação seja superior à receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, conforme informação constante no preâmbulo do edital, não será aplicado as disposições constantes dos arts. 42 a 49 da LC 123/2006, nos termos do quanto disposto no §1º do art. 4º da Lei nº 14.133/2021.



FUNDAÇÃO DE SAÚDE PÚBLICA DE SÃO SEBASTIÃO

Lei Complementar nº 168/2013 e alterações

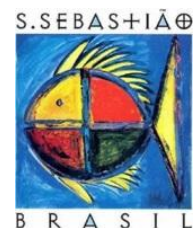


- 3.5. A falsidade da declaração de que trata os itens 3.2.1 a 3.2.4 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133/2021 e neste Edital.
- 3.6. Os licitantes poderão retirar ou substituir a(s) proposta(s) inserida(s) no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 3.7. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.
- 3.8. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.
- 3.9. Se o sistema assim permitir, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:
 - 3.9.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e
 - 3.9.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.
- 3.10. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço e percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.
 - 3.10.1. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 3.9 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para a Entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

- 4.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos, conforme o caso:
 - 4.1.1. valor unitário e global do lote;
 - 4.1.2. quantidade;
 - 4.1.3. marca, fabricante.
 - 4.1.4. Poderá (a critério do licitante, exceto se for exigência constante no Edital) ser juntado, catálogos, prospectos, manuais, etc, que comprovem que o produto ofertado atende as especificações do edital, sendo vedado, contudo a apresentação de documentos que identifique o licitante, sob pena de desclassificação da proposta.
- 4.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.
 - 4.2.1. Não será admitida a cotação de quantitativo inferior ao previsto para a contratação, salvo se devidamente expresso no Termo de Referência.
- 4.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto, de acordo com a Súmula 10¹ do TCE/SP, sendo que o proponente será responsável por quaisquer ônus decorrente: marcas, registros e patentes ao objeto cotado.

¹ Súmula nº 10: O preço final do produto ofertado pelos proponentes deve incluir os tributos e demais encargos a serem suportados pelo ofertante



- 4.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 4.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.
- 4.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 4.7. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional, desde que observado o disposto na legislação vigente (art. 17 e art. 18 da Lei Complementar nº 123/2006).
- 4.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.
- 4.9. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

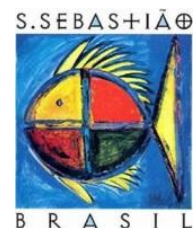
5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

- 5.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente ou por permissão do pregoeiro em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados no preâmbulo deste edital.
- 5.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta até a abertura da sessão pública.
- 5.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o pregoeiro e os licitantes.
- 5.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 5.5. O lance deverá ser ofertado conforme critério de julgamento indicado no quadro constante no preâmbulo deste edital.
- 5.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no edital.
- 5.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior, conforme o caso, ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 5.8. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.
- 5.9. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado e indicado no quadro do preâmbulo deste edital.
- 5.10. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
 - 5.10.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 02 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.
 - 5.10.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de 02 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.



FUNDAÇÃO DE SAÚDE PÚBLICA DE SÃO SEBASTIÃO

Lei Complementar nº 168/2013 e alterações

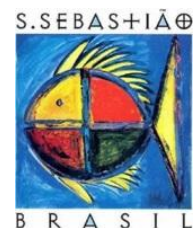


- 5.10.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
- 5.10.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
- 5.10.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 5.11. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa **“aberto e fechado”**, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.
- 5.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de 15 (quinze) minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até 10 (dez) minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.
- 5.11.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até 05 (cinco) minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 5.11.3. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.
- 5.11.4. Não havendo pelo menos 03 (três) ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até 05 (cinco) minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 5.11.5. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 5.12. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa **“fechado e aberto”**, poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço ou maior desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.
- 5.12.1. Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no item 5.12, poderão os licitantes que apresentaram as 3 (três) melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.
- 5.12.2. A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 02 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.
- 5.12.3. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de 02 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 5.12.4. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
- 5.12.5. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
- 5.12.6. Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.



FUNDAÇÃO DE SAÚDE PÚBLICA DE SÃO SEBASTIÃO

Lei Complementar nº 168/2013 e alterações



- 5.12.7. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores ou decrescente de desconto, conforme o caso.
- 5.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor ou desconto, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 5.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance ou maior desconto registrado, vedada a identificação do licitante.
- 5.15. No caso de desconexão com o pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 5.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas 24 (vinte e quatro) horas da comunicação do fato pelo pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico da Entidade promotora da licitação e do sistema do pregão.
- 5.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 5.18. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será identificado pelo sistema as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006.
- 5.18.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
- 5.18.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
- 5.18.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.
- 5.18.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
- 5.18.5. Os procedimentos indicados nos itens 5.18 a 5.18.4 não serão levados em consideração quando o valor estimado da licitação superar o limite de enquadramento para empresa de pequeno porte, nos termos do §1º do art. 4º da Lei nº 14.133/2021 e item 3.4.3 deste Edital.
- 5.19. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.
- 5.19.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133/2021.
- 5.19.2. Persistindo o empate, será aplicado o disposto no §1º do art. 60 da Lei nº 14.133/2021.
- 5.20. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.



- 5.20.1. Não será admitida a previsão de preços diferentes em razão de local de entrega ou de acondicionamento, tamanho de lote ou qualquer outro motivo, salvo no caso de situação excepcional a ser indicada no Termo de Referência.
- 5.20.2. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.
- 5.20.3. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
- 5.20.4. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.
- 5.21. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, **no prazo de 2 (duas) horas**, envie a **proposta adequada ao último lance ofertado** ou após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste edital e já apresentados, prazo esse que é o mesmo para apresentação dos documentos de habilitação conforme disposto no item 7.5.
- 5.21.1. Poderá ser exigida ainda a decomposição dos custos unitários com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.
- 5.21.2. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.
- 5.22. Se o mesmo licitante vencer a cota reservada/exclusiva e a cota principal, a contratação deverá ocorrer pelo menor valor ofertado.
- 5.23. Após o envio da proposta readequada, amostras/catálogos (quando for o caso) e dos documentos de habilitação, o pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

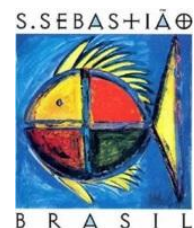
6. DA FASE DE JULGAMENTO

- 6.1. Após o envio da proposta readequada e dos documentos de habilitação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 2.10 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:
- 6.1.1. Sistema Apenados mantido pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (<https://www4.tce.sp.gov.br/apenados/publico/#/>);
- 6.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, e Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP, disponíveis em <https://certidoes.cgu.gov.br/>.
- 6.1.3. Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais - CADIN Estadual (https://www.fazenda.sp.gov.br/cadin_estadual/pages/publ/cadin.aspx)
- 6.1.4. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade (https://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php)
- 6.2. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.
- 6.3. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com o disposto neste edital.
- 6.4. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à



FUNDAÇÃO DE SAÚDE PÚBLICA DE SÃO SEBASTIÃO

Lei Complementar nº 168/2013 e alterações



compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste edital e em seus anexos.

6.5. Será desclassificada a proposta vencedora que:

- 6.5.1. contiver vícios insanáveis;
- 6.5.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;
- 6.5.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
- 6.5.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- 6.5.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste edital ou seus anexos, desde que insanável.

6.6. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração. A inexequibilidade, neste caso, só será considerada após diligência (a critério do Pregoeiro a depender do caso concreto) a depender do que comprove que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta e que inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

6.7. No caso de serviços de engenharia, poderão ser consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução, devendo, contudo, a exequibilidade ser comprovada pela licitante quando da apresentação de sua proposta readequada.

6.8. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

6.9. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

6.9.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas.

6.10. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

6.11. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra/catálogo, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

6.11.1. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

6.11.2. No caso de não haver entrega da amostra/catálogo ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra/catálogo fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

6.11.3. Se a(s) amostra/catálogo(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra/catálogo(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

7. DA FASE DE HABILITAÇÃO

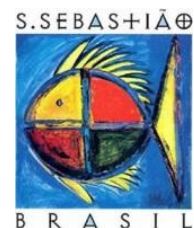
7.1. Para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei 14.133/2021, serão exigidos os documentos previstos no Anexo I deste edital.



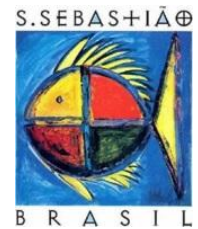


FUNDAÇÃO DE SAÚDE PÚBLICA DE SÃO SEBASTIÃO

Lei Complementar nº 168/2013 e alterações



- 7.2. Na hipótese de não constar prazo de validade nas certidões apresentadas, serão aceitas como válidas as expedidas até 180 (cento e oitenta) dias imediatamente anteriores à data de apresentação das propostas.
- 7.3. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz;
- 7.3.1. Caso o licitante pretenda que um de seus estabelecimentos, que não o participante desta licitação, execute o futuro contrato, deverá apresentar toda documentação de habilitação de ambos os estabelecimentos.
- 7.4. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.
- 7.5. Os documentos exigidos para habilitação deverão ser enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de **2 (duas) horas**, prorrogável por igual período, juntamente com a proposta readequada conforme disposto no item 5.21.
- 7.5.1. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei n.º 14.133/2021
- 7.5.2. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.
- 7.6. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, nos termos do art. 64 da Lei 14.133/2021 para:
- 7.6.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e
- 7.6.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.
- 7.7. Na análise dos documentos de habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 7.7.1. Verificada falha por parte do licitante acerca da juntada, antes da sessão inaugural de licitação, de documento de qualificação fiscal, social e trabalhista que ateste condição preexistente, fica autorizado o agente de contratação, pregoeiro ou comissão de contratação, conforme o caso, diligências necessárias a fim de complementar tais documentos, não sendo tal providência considerada inclusão posterior de documentos.
- 7.8. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, ele será inabilitado e o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 7.5.
- 7.9. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de assinatura do contrato, porém, será obrigatória durante a fase de habilitação a apresentação dos documentos indicados no Anexo I, ainda que veiculem restrições impeditivas à referida comprovação.
- 7.9.1. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e empresas de pequeno porte, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da adjudicação e homologação do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração, para a regularização da documentação com emissão de certidões negativas ou positivas com efeito de negativas.



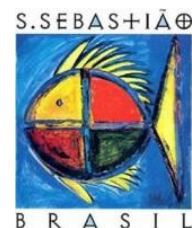
- 7.9.2. A não regularização da documentação no prazo previsto no item anterior implicará na decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções legais, procedendo-se à convocação dos licitantes para, em sessão pública, retomar os atos referentes ao procedimento licitatório.
- 7.9.3. O benefício de que trata este item não serão aplicados quando o valor estimado da licitação superar o limite de enquadramento para empresa de pequeno porte, nos termos do §1º do art. 4º da Lei nº 14.1333/2021 e item 3.4.3 deste Edital.
- 7.10. Os documentos assinados digitalmente a partir de sistema informatizado prevendo acesso por meio de chave de identificação e senha do interessado ou com assinatura digital no padrão da infraestrutura de chaves públicas brasileira - ICP-Brasil possuem presunção legal de veracidade com os mesmos efeitos da assinatura manuscrita reconhecida em cartório, podendo a qualquer tempo ser solicitado ao licitante os respectivos arquivos para validação, se for o caso.
- 7.11. Constatado o cumprimento dos requisitos e condições estabelecidos no edital, o licitante será habilitado e declarado vencedor do certame.
- 7.12. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

8. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- 8.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, prorrogável uma única vez por igual período, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133/2021.
- 8.1.1. Juntamente com a Ata de Registro de Preços, a empresa deverá assinar o Termo de Ciência e Notificação, conforme artigo 2º, inciso III, das Instruções nº 01/2020, acrescido pela Resolução nº 11/2021 e apresentar o comprovante de cadastro no CadTCESP nos termos da Resolução 21/2022 do TCE-SP.
- 8.2. A Ata de Registro de Preços poderá ser assinada eletronicamente no padrão da infraestrutura de chaves públicas brasileira - ICP-Brasil ou através de sistema eletrônico disponibilizado pela Entidade promotora da licitação.
- 8.3. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens/lotos constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.
- 8.4. A Ata de Registro de Preços será divulgada no Portal Nacional de Contratações Públicas e no sítio eletrônico da Entidade promotora da licitação.
- 8.5. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.
- 8.6. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.



FUNDAÇÃO DE SAÚDE PÚBLICA DE SÃO SEBASTIÃO
Lei Complementar nº 168/2013 e alterações



9. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

- 9.1. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação e dos licitantes que mantiverem sua proposta original.
- 9.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.
- 9.2.1. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.
- 9.2.2. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.
- 9.3. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses legalmente admitidas.

10. DOS RECURSOS

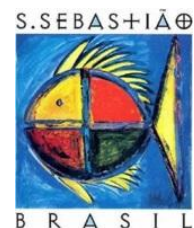
- 10.1. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis contados da data de intimação ou de lavratura da ata e observará o disposto no art. 165 da Lei 14.133/2021.
- 10.2. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:
- 10.2.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, no prazo de 10 (dez) minutos, sob pena de preclusão;
- 10.2.2. o prazo de 3 (três) dias úteis para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação que ocorrerá exclusivamente pelo sistema;
- 10.2.3. o prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da divulgação da interposição do recurso a ser realizada pelo sistema, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
- 10.3. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.
- 10.4. O recurso será dirigido ao pregoeiro ou à autoridade que proferiu a decisão recorrida, que poderão reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 10.5. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.
- 10.6. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 10.7. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

11. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

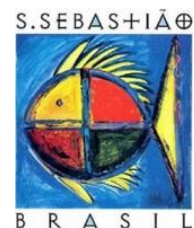


FUNDAÇÃO DE SAÚDE PÚBLICA DE SÃO SEBASTIÃO

Lei Complementar nº 168/2013 e alterações



- 11.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:
- 11.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;
- 11.1.2. salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta em especial quando:
- 11.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
- 11.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
- 11.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;
- 11.1.2.4. deixar de apresentar amostra/catálogo, se for o caso;
- 11.1.2.5. apresentar proposta ou amostra/catálogo em desacordo com as especificações do edital;
- 11.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, inclusive quanto a documentação visando a comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das micro e pequenas empresas;
- 11.1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
- 11.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;
- 11.1.5. fraudar a licitação;
- 11.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
- 11.1.6.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
- 11.1.6.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;
- 11.1.6.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
- 11.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- 11.1.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846/2013.
- 11.2. Com fulcro na Lei nº 14.133/2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
- 11.2.1. advertência;
- 11.2.2. multa;
- 11.2.3. impedimento de licitar e contratar e
- 11.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
- 11.3. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor da proposta do licitante que deu causa a infração, recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, a contar da comunicação oficial.
- 11.3.1. para as infrações previstas nos itens 11.1.1, 11.1.2 e 11.1.3, a multa será de 0,5 a 15%.
- 11.3.2. para as infrações previstas nos itens 11.1.4 ao 11.1.8, a multa será de 15% a 30%.
- 11.4. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
- 11.5. Na aplicação da sanção de multa e advertência será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- 11.6. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preços, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração,



- descrita no item 10.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor da Entidade promotora da licitação, se for o caso.
- 11.7. A apuração de responsabilidades relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização nos termos do art. 158 da Lei nº 14.133/2021.
- 11.8. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 11.9. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.
- 11.10. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 11.11. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados à Administração Indireta e Direta.
- 11.12. A apuração das infrações e a aplicação das sanções observarão o Regulamento Interno de Processos Sancionatórios da Fundação de Saúde Pública de São Sebastião (Resolução nº 224/2025 do Conselho Curador).

12. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

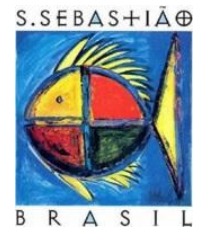
- 12.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133/2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.
- 12.2. A impugnação e o pedido de esclarecimento deverão ser realizados na forma eletrônica através do sistema eletrônico do pregão (BLL Compras).
- 12.3. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada no sítio eletrônico oficial da Entidade promotora da licitação e no sistema eletrônico do pregão, no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.
- 12.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.
- 12.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

13. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 13.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.
- 13.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo pregoeiro.
- 13.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.
- 13.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.



FUNDAÇÃO DE SAÚDE PÚBLICA DE SÃO SEBASTIÃO
Lei Complementar nº 168/2013 e alterações



- 13.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 13.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 13.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
- 13.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
- 13.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.
- 13.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), no sítio oficial www.fspss.org.br e na plataforma eletrônico do pregão.
- 13.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:
- ANEXO I – Documentos de Habilitação
 - ANEXO I-A – Modelo de Declaração
 - ANEXO I-B - Modelo de Declaração - Dados do responsável pela assinatura da ARP
 - ANEXO II - Minuta da Ata de Registro de Preços
 - ANEXO III - Minuta do Contrato
 - ANEXO IV – Termo de Referência

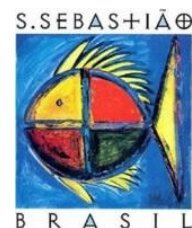
São Sebastião, 02 de julho de 2026.

CARLOS EDUARDO ANTUNES CRAVEIRO
Diretor Presidente
Fundação De Saúde Pública De São Sebastião





FUNDAÇÃO DE SAÚDE PÚBLICA DE SÃO SEBASTIÃO
Lei Complementar nº 168/2013 e alterações



PROCESSO N.º 224/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 07/2026
ANEXO I – DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

1. HABILITAÇÃO JURÍDICA (art. 66 da Lei 14.133/2021)

- 1.1) Registro empresarial na Junta Comercial, no caso de empresário individual (ou cédula de identidade em se tratando de pessoa física não empresária);
 - 1.2) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial, tratando-se de sociedade empresária;
 - 1.3) Documentos de eleição ou designação dos atuais administradores, tratando-se de sociedade empresária;
 - 1.4) Ato constitutivo devidamente registrado no Registro Civil de Pessoas Jurídicas tratando-se de sociedade não empresária, acompanhado de prova da diretoria em exercício;
 - 1.5) Decreto de autorização, tratando-se de sociedade estrangeira no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento, expedidos por órgão competente, quando a atividade assim o exigir;
 - 1.6) Comprovante de Inscrição do Microempreendedor Individual – MEI
- a) Os documentos acima deverão ser apresentados com todas as suas alterações, excluindo-se os casos de documentos expressamente consolidados.*

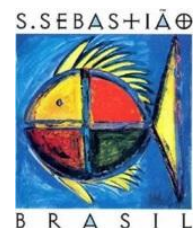
2. HABILITAÇÃO FISCAL E TRABALHISTA (art. 68 da Lei 14.133/2021)

- 2.1) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (CNPJ) ou no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF);
- 2.2) Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual e/ou Municipal, relativa à sede ou ao domicílio do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto do certame;
- 2.3) Certidão Conjunta Negativa de Débitos ou Positiva com efeito de Negativa, relativa a Tributos Federais (inclusive às contribuições sociais) e à Dívida Ativa da União;
- 2.4) Certidão de regularidade de débito com a Fazenda Estadual, referente ao I.C.M.S;
- 2.5) Certidão de regularidade de débito com a Fazenda Municipal, da sede ou do domicílio do licitante, relativa aos tributos mobiliários e incidentes sobre o objeto desta licitação; *(apenas se o objeto resultar em fato gerador de tributos municipais)*
- 2.6) Certidão de regularidade de débito para com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e
- 2.7) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT ou Positiva de Débitos Trabalhistas com Efeito de Negativa.
- 2.8) Cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, através de declaração subscrita pelo representante legal do licitante, elaborada em papel timbrado, atestando que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz.

3. HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA (art. 69 da Lei 14.133/2021)

- 3.1) Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;
- 3.2) Certidão negativa de recuperação judicial ou extrajudicial expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;
- 3.2.1) Na hipótese em que a certidão de recuperação judicial for positiva, deve o licitante apresentar comprovante da homologação/deferimento pelo juízo competente do plano de recuperação judicial em vigor,





nos termos da Súmula 50 do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo), expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica com data não superior a 180 (cento e oitenta) dias da apresentação das propostas.

4. OUTRAS COMPROVAÇÕES

4.1) Declaração subscrita pelo representante legal do licitante, conforme modelo Anexo I – A, elaborada em papel timbrado, atestando que:

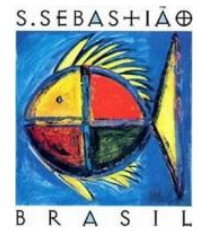
- a) atende aos requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório, e que responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I da Lei nº 14.133/2021);
- b) cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas (art. 63, IV da Lei nº 14.133/2021);
- c) suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas (art. 63, §1º da Lei nº 14.133/2021);
- d) não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal (art. 68, VI da Lei nº 14.133/2021);
- e) não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
- f) está ciente da obrigação de manter o endereço da empresa atualizado junto a Entidade promotora da licitação, e de que as notificações e comunicações formais decorrentes da execução do contrato serão efetuadas no endereço que constar em seu preâmbulo. Caso a empresa não seja encontrada, será notificada pelo Diário Oficial do Município acessível em <https://www.saosebastiao.sp.gov.br/doem.asp>.
- g) no caso de empresas em recuperação judicial: está ciente de que no momento da assinatura do contrato deverá apresentar cópia do ato de nomeação do administrador judicial ou, se o administrador for pessoa jurídica, o nome do profissional responsável pela condução do processo e, ainda, declaração, relatório ou documento equivalente do juízo ou do administrador de que o plano de recuperação judicial está sendo cumprido;
- h) no caso de microempresas ou empresas de pequeno porte: a empresa não possui qualquer dos impedimentos previstos nos §§ 4º e seguintes todos do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e alterações, assim como §§ 1º a 4º do art. 4º da Lei 14.133/2021, cujos termos declara conhecer na íntegra;
- i) não se enquadra em nenhuma das restrições de participação, conforme art. 14 da Lei nº 14.133/2021 e item 2.10 do edital;
- j) está ciente sobre a observação das disposições da Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais), e alterações, quando do tratamento de dados pessoais e dados pessoais sensíveis a que tenha acesso, para o propósito de execução e acompanhamento do Contrato, não podendo divulgar, revelar, produzir, utilizar ou deles dar conhecimento a terceiros estranhos a esta contratação, a não ser por força de obrigação legal ou regulatória.

4.2) Declaração contendo os dados do responsável pela assinatura da ata de registro de preços/contrato, conforme modelo Anexo I – B.

4.2.1) A ausência de apresentação da declaração contendo os dados do responsável pela assinatura da ata de registro de preço/contrato não resultará na desclassificação/inabilitação do licitante.



FUNDAÇÃO DE SAÚDE PÚBLICA DE SÃO SEBASTIÃO
Lei Complementar nº 168/2013 e alterações



ANEXO I-A
MODELO DE DECLARAÇÃO

Ref.: **PROCESSO N.º 224/2026 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 07/2026**

, inscrita no CNPJ sob o nº _____, sediada na _____, por meio de seu representante legal abaixo identificado, DECLARA, sob as penas da Lei, que atende aos requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório, e que responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I da Lei nº 14.133/2021) e declara ainda que:

- a) atende aos requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório, e que responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I da Lei nº 14.133/2021);
- b) cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas (art. 63, IV da Lei nº 14.133/2021);
- c) suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas (art. 63, §1º da Lei nº 14.133/2021);
- d) não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal (art. 68, VI da Lei nº 14.133/2021);
- e) não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
- f) está ciente da obrigação de manter o endereço da empresa atualizado junto a Entidade promotora da licitação, e de que as notificações e comunicações formais decorrentes da execução do contrato serão efetuadas no endereço que constar em seu preâmbulo. Caso a empresa não seja encontrada, será notificada pelo Diário Oficial do Município acessível em www.saosebastio.sp.gov.br
- g) no caso de empresas em recuperação judicial: está ciente de que no momento da assinatura do contrato deverá apresentar cópia do ato de nomeação do administrador judicial ou, se o administrador for pessoa jurídica, o nome do profissional responsável pela condução do processo e, ainda, declaração, relatório ou documento equivalente do juízo ou do administrador de que o plano de recuperação judicial está sendo cumprido;
- h) no caso de microempresas ou empresas de pequeno porte: a empresa não possui qualquer dos impedimentos previstos nos §§ 4º e seguintes todos do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e alterações, assim como §§ 1º a 4º do art. 4º da Lei 14.133/2021, cujos termos declara conhecer na íntegra;
- i) não se enquadra em nenhuma das restrições de participação, conforme art. 14 da Lei nº 14.133/2021 e item 2.10 do edital;
- j) está ciente sobre a observação das disposições da Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais), e alterações, quando do tratamento de dados pessoais e dados pessoais sensíveis a que tenha acesso, para o propósito de execução e acompanhamento do Contrato, não podendo divulgar, revelar, produzir, utilizar ou deles dar conhecimento a terceiros estranhos a esta contratação, a não ser por força de obrigação legal ou regulatória.

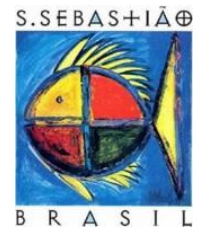
São Sebastião, de de 2026.

(Identificação e assinatura do representante legal da proponente)





FUNDAÇÃO DE SAÚDE PÚBLICA DE SÃO SEBASTIÃO
Lei Complementar nº 168/2013 e alterações



ANEXO I-B
MODELO DE DECLARAÇÃO
DADOS DO RESPONSÁVEL PELA ASSINATURA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
Ref.: PROCESSO N.º 224/2026 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 07/2026

As informações constantes abaixo deverão ser atualizadas, pois serão consideradas para a elaboração da Ata de Registro de Preços. Seu teor é de exclusiva responsabilidade da empresa licitante.

RAZÃO SOCIAL DA LICITANTE:

CNPJ:

INSCRIÇÃO ESTADUAL:

INSCRIÇÃO MUNICIPAL:

TELEFONE(S):

E-MAIL INSTITUCIONAL:

ENDEREÇO COMPLETO (logradouro, nº, bairro, cidade, estado e CEP):

RESPONSÁVEL PELA ASSINATURA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

NOME COMPLETO:

CARGO QUE OCUPA NA EMPRESA:

RG:

CPF:

DATA DE NASCIMENTO:

ENDEREÇO / DOMICÍLIO COMPLETO (logradouro, nº, bairro, cidade, estado e CEP):

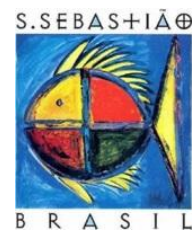
E-MAIL PESSOAL:

TELEFONE(S):





FUNDAÇÃO DE SAÚDE PÚBLICA DE SÃO SEBASTIÃO
Lei Complementar nº 168/2013 e alterações



PROCESSO N.º 224/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 07/2026

ANEXO II - MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º .

A _____, com sede _____, inscrita no CNPJ/MF sob o nº _____, neste ato representada por _____, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS, processo administrativo n.º _____ / _____, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133/2021, no Decreto Municipal nº 9136/2023, e as normas internas desta Fundação de Saúde, aplicando, no que couber, subsidiariamente o Decreto Federal nº 11.462/2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual *(aquisição ou contratação)* de _____, especificado no Termo de Referência, anexo do edital da licitação indicada no preâmbulo, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Item do TR	Fornecedor <i>(razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)</i>						
X	Especificação	Marca (se exigida no edital)	Modelo (se exigido no edital)	Unidade	Quantidade	Valor Un	Prazo garantia ou validade

2.2. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

3. ENTIDADE GERENCIADORA E PARTICIPANTE

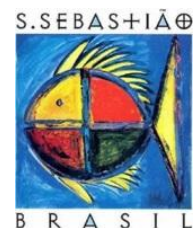
3.1. A entidade gerenciadora será a Fundação de Saúde Pública de São Sebastião.

3.2. Além da gerenciadora, não há órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços.





FUNDAÇÃO DE SAÚDE PÚBLICA DE SÃO SEBASTIÃO
Lei Complementar nº 168/2013 e alterações



4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- 4.1. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades pertencentes a esfera de governo do município de São Sebastião que não participaram do procedimento, poderá aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os requisitos determinados no §2º do art. 86 da Lei 14.133/2021.
- 4.2. A autorização da Entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor registrado.
- 4.3. A Entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.
- 4.4. Após a autorização da Entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.
- 4.5. As aquisições ou contratações adicionais deverão observar os limites estabelecidos na Lei nº 14.133/2021, especificamente estabelecidos nos §3º e §4º do art. 86.
- 4.6. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.
- 4.7. É vedado à participação do órgão ou entidade em mais de uma ata de registro de preços com o mesmo objeto no prazo de validade daquela de que já tiver participado, salvo na ocorrência de ata que tenha registrado quantitativo inferior ao máximo previsto no edital.

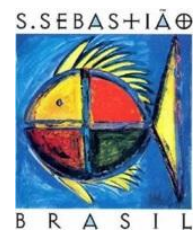
5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

- 5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir da data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.
- 5.1.1. No ato de prorrogação da vigência da ata de registro de preços poderá haver a renovação dos quantitativos registrados, até o limite do quantitativo original.
- 5.1.2. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.
- 5.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133/2021.
- 5.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.
- 5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133/2021.
- 5.4. Integram esta Ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes que aceitaram cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação ou que mantiveram sua proposta original.



FUNDAÇÃO DE SAÚDE PÚBLICA DE SÃO SEBASTIÃO

Lei Complementar nº 168/2013 e alterações



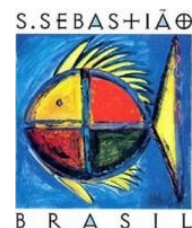
- 5.4.1. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes registrados na ata.
- 5.5. O registro a que se refere o item 5.4 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.
- 5.6. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4. somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:
- 5.6.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital; e
- 5.6.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 8.
- 5.7. Após a homologação da licitação, o licitante mais bem classificado, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133/2021.
- 5.7.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.
- 5.8. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

- 6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:
- 6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133/2021;
- 6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;
- 6.1.3. Após o interregno de um ano, os preços iniciais poderão ser reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.
- 6.1.3.1. Conforme Art. 104 do Decreto Municipal nº 9136/2023, o reajuste deverá ser solicitado por qualquer dos signatários da ata de registro de preços, de acordo com o índice indicado e data-base vinculada à data do orçamento estimado, em 26/06/2026.
- 6.1.3.2. Conforme §1º do Art. 105 do Decreto Municipal nº 9136/2023, no caso de formalização de aditivo de prorrogação de prazo de contrato, a ausência de solicitação do reajuste por parte do contratado enseja na



FUNDAÇÃO DE SAÚDE PÚBLICA DE SÃO SEBASTIÃO
Lei Complementar nº 168/2013 e alterações



decadência momentânea do direito do contratado em obter o reajuste, podendo ser solicitado a qualquer tempo, contudo, com efeito a partir do requerimento e baseado na data-base indicada no contrato.

6.1.3.3. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico financeiro feitos pela CONTRATADA no prazo máximo de 45 (quarenta e cinco) dias, contado a partir da conclusão da instrução do requerimento, sendo admitida a prorrogação motivada desse prazo por igual período, e observado o disposto no parágrafo único do artigo 131 da Lei nº 14.133, de 2021.

7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, a entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, a entidade gerenciadora convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, a entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, a entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que eventualmente tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciar negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133/2021.

7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer à entidade gerenciadora a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

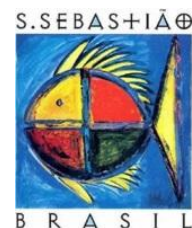
7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou à planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

7.2.2. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pela a entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 8.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133/2021, na legislação aplicável e neste edital.

7.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, a gerenciadora convocará os fornecedores do cadastro de reserva, se houver, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados.



FUNDAÇÃO DE SAÚDE PÚBLICA DE SÃO SEBASTIÃO
Lei Complementar nº 168/2013 e alterações



7.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, a entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 8.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

7.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, a entidade atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

7.2.6. A entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que eventualmente tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133/2021.

8. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

8.1. O registro do fornecedor será cancelado pela a entidade gerenciadora, quando o fornecedor:

8.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

8.1.2. Não retirar ou aceitar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

8.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no item 7.2.2 desta Ata; ou

8.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133/2021.

8.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 8.1 será formalizado por despacho da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

8.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

8.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pela gerenciadora, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

8.4.1. Por razão de interesse público;

8.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

8.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado se tornar superior ou inferior ao preço registrado.

9. DAS PENALIDADES

9.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das seguintes penalidades de:

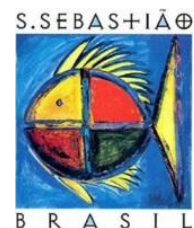
9.1.1. Advertência, quando o fornecedor der causa à inexecução, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei);

9.1.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do art. 155 da Lei nº 14.133/2021, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §4º, da Lei);

9.1.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do art. 155 da Lei 14.133/2021 bem como nos incisos II, III,



FUNDAÇÃO DE SAÚDE PÚBLICA DE SÃO SEBASTIÃO
Lei Complementar nº 168/2013 e alterações



IV, V, VI e VII do caput do art. 155 da Lei 14.133/2021 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei)

92. Ensejará aplicação de multa, não obstante a aplicação das demais sanções cabíveis:

I - quando do atraso injustificado na execução do contrato de prestação de serviços, na execução de obra ou na entrega de materiais, sem prejuízo das demais sanções dispostas no caput do art. 156 da Lei nº 14.133/2021, sujeitando a contratada à multa de mora calculada sobre o valor da obrigação não cumprida, a partir do primeiro dia útil seguinte ao término do prazo estipulado:

- a) de 0,5% (meio por cento) ao dia, para atraso de até 15 (quinze) dias corridos;
- b) superados os 15 (quinze) dias corridos, a partir do 16º a multa será de 1% (um por cento) ao dia, limitado a 30 (trinta) dias corridos e aplicada em acréscimo à da alínea "a";
- c) após 30 (trinta) dias corridos, fica caracterizada a inexecução parcial ou total, conforme o caso, aplicando-se o disposto no inciso II, cumulativamente a este.

II - quando da inexecução total ou parcial das obrigações contratuais, relacionadas quer à entrega do objeto, quer à de documentos exigidos no edital, ou outras infrações arroladas no art. 155 da Lei nº 14.133/2021, conforme o caso, ensejará aplicação de multa correspondente a 15% a 30% sobre o valor do contrato ou ata de registro de preços.

9.6. A aplicação das sanções previstas nesta Ata de Registro não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração.

9.7. Todas as sanções previstas nesta Ata poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

9.7.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias, contado da data de sua intimação.

9.7.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pela Administração ao fornecedor, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

9.7.3. Caracterizado o atraso injustificado da obrigação ou a inexecução parcial, a Administração reterá, preventivamente, o valor da multa dos eventuais créditos que a contratada tenha direito, até a decisão definitiva. Na hipótese de decisão pela não aplicação da multa, o valor retido será devolvido à contratada corrigido pelo IPCA.

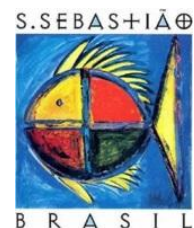
9.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133/2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

9.9. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133/2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846/2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159)

9.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da lei nº 14.133/21.



FUNDAÇÃO DE SAÚDE PÚBLICA DE SÃO SEBASTIÃO
Lei Complementar nº 168/2013 e alterações



9.11. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

9.12. É da competência do órgão gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço, exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade.

9.13. O órgão ou entidade participante deverá comunicar à entidade gerenciadora qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

9.14. A apuração das infrações e a aplicação das sanções, bem como os casos aqui omissos, observarão o Regulamento Interno de Processos Sancionatórios da Fundação de Saúde Pública de São Sebastião (Resolução nº 224/2025 do Conselho Curador).

10. CONDIÇÕES GERAIS

10.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo ao edital.

10.2. No caso de adjudicação por preço de lotes de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para a Entidade.

10.3. A Nota Fiscal/Fatura deverá destacar o valor do Imposto de Renda Pessoa Jurídica, para fins de retenção na fonte, de acordo com o Artigo 1º; § 2º, do Decreto Municipal Nº 8955/2023, sob pena de retenção do Imposto de Renda sobre o valor total do documento fiscal, no percentual correspondente à natureza do bem ou serviço.

10.3.1. Para os casos de não retenção, a isenção, não incidência, alíquota zero, ou opção pelo Simples Nacional devem ser declarados através dos Anexos II, III e IV, da IN RFB 1234/2012, sendo exigível ainda, das entidades que devem apresentar as declarações dos anexos II e III a IN a apresentação do CEBAS.

10.3.2. Os demais tributos tratados pela referida normativa federal - PIS, COFINS e CSLL - não serão objeto de retenção na fonte pelos órgãos do município, suas autarquias e fundações, não devendo ser objeto de destaque nas notas fiscais ou faturas.

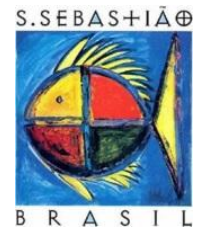
10.3.3. Em caso de desenquadramento do Simples Nacional, e/ou qualquer alteração no regime jurídico da contratada que enseje a obrigatoriedade da retenção do imposto de renda, o contratado deve informar imediatamente esta Fundação, para que a referida retenção passe a ser efetuada.

E, por estarem assim justas e acordadas, firmam o presente, assinado eletronicamente pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes, se for o caso.

, de de .



FUNDAÇÃO DE SAÚDE PÚBLICA DE SÃO SEBASTIÃO
Lei Complementar nº 168/2013 e alterações



Identificação e Assinaturas:

Representante legal da entidade gerenciadora

Representante(s) legal(is) do(s) fornecedor(s) registrado(s)

São Sebastião, de de 2026.

CARLOS EDUARDO ANTUNES CRAVEIRO
Diretor Presidente
FUNDAÇÃO DE SAÚDE PÚBLICA DE SÃO SEBASTIÃO
ENTIDADE GERENCIADORA

(-)
(-)
FORNECEDOR REGISTRADO

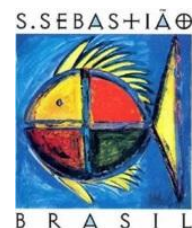
TESTEMUNHAS:

- 1-
- 2-



FUNDAÇÃO DE SAÚDE PÚBLICA DE SÃO SEBASTIÃO

Lei Complementar nº 168/2013 e alterações



PROCESSO N.º 224/2026

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 07/2026

ANEXO III - MINUTA DO CONTRATO

A **FUNDAÇÃO DE SAÚDE PÚBLICA DE SÃO SEBASTIÃO**, com sede na Avenida Doutor Altino Arantes, nº 284, Centro, São Sebastião/SP, inscrita no CNPJ sob o nº 19.843.891/0001-76, neste ato representado pelo Sr. Diretor Presidente, Carlos Eduardo Antunes Craveiro, doravante denominado **CONTRATANTE**, e a inscrita no CNPJ sob o nº _____, com sede _____, município de _____, doravante designada **CONTRATADO**, neste ato representada por _____ (*nome e função no contratado*), conforme atos constitutivos da empresa **OU** procuração apresentada nos autos, tendo em vista o que consta no Processo nº _____ /2026 e em observância às disposições da Lei nº 14.133/2021, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico nº _____ /2026, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art. 92, I e II)

- 1.1. O objeto do presente instrumento é a _____ nas condições estabelecidas no Termo de Referência.
- 1.2. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição: O Termo de Referência que embasou a contratação, o Edital da licitação; a Proposta do Contratado; e eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO.

- 2.1 O prazo de vigência da contratação é de _____ contados do(a) _____ (conforme Termo de Referência), na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 2.2 O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do contratado, previstas neste instrumento.

CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)

- 3.1. O regime de execução contratual, o modelo de gestão, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento definitivo constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato e Decreto Municipal nº 9136/2023.

CLÁUSULA QUARTA - SUBCONTRATAÇÃO

- 4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

CLÁUSULA QUINTA – PAGAMENTO (art. 92, V e VI)

5.1. PREÇO

- 5.1.1. O valor da contratação é de R\$ _____ (_____), perfazendo o valor total de R\$ _____ (_____).
- 5.1.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.2. FORMA DE PAGAMENTO

- 5.2.1. O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

5.3. PRAZO DE PAGAMENTO

- 5.3.1. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até 30 (Trinta) dias, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura.



FUNDAÇÃO DE SAÚDE PÚBLICA DE SÃO SEBASTIÃO

Lei Complementar nº 168/2013 e alterações



5.3.2. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura quando o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

5.3.3. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária.

5.4. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

5.4.1. A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do objeto da contratação, conforme disposto neste instrumento e/ou no Termo de Referência. Quando houver glosa parcial do objeto, o contratante deverá comunicar a empresa para que emita a nota fiscal ou fatura com o valor exato dimensionado.

5.4.2. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que o contratado providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para o contratante;

5.4.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

5.4.3.1. Previamente a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas na contratação;

5.4.3.2. Constatando-se a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

5.4.3.3. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

5.4.3.4. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

5.4.3.5. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação.

5.4.4. A Nota Fiscal/Fatura deverá destacar o valor do Imposto de Renda Pessoa Jurídica, para fins de retenção na fonte, de acordo com o Artigo 1º; § 2º, do Decreto Municipal Nº 8955/2023, sob pena de retenção do Imposto de Renda sobre o valor total do documento fiscal, no percentual correspondente à natureza do bem ou serviço.

5.4.4.1. Para os casos de não retenção, a isenção, não incidência, alíquota zero, ou opção pelo Simples Nacional devem ser declarados através dos Anexos II, III e IV, da IN RFB 1234/2012, sendo exigível ainda, das entidades que devem apresentar as declarações dos anexos II e III a IN a apresentação do CEBAS.

5.4.4.2. Os demais tributos tratados pela referida normativa federal - PIS, COFINS e CSLL - não serão objeto de retenção na fonte pelos órgãos do município, suas autarquias e fundações, não devendo ser objeto de destaque nas notas fiscais ou faturas.

5.4.4.3. Em caso de desenquadramento do Simples Nacional, e/ou qualquer alteração no regime jurídico da contratada que enseje a obrigatoriedade da retenção do imposto de renda, o contratado deve informar imediatamente esta Fundação, para que a referida retenção passe a ser efetuada.

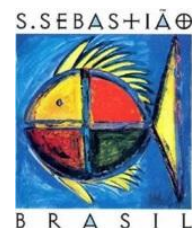
CLÁUSULA SEXTA - REAJUSTE (art. 92, V)

6.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irredutíveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em / /2026.



FUNDAÇÃO DE SAÚDE PÚBLICA DE SÃO SEBASTIÃO

Lei Complementar nº 168/2013 e alterações



6.2. Após o interregno de um ano, os preços iniciais poderão ser reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

6.2.1 Conforme Art. 104 do Decreto Municipal nº 9136/2023, o reajuste deverá ser solicitado pelo contratado, de acordo com os índices e data-base indicados.

6.2.2 Conforme §1º do Art. 105 do Decreto Municipal nº 9136/2023, no caso de formalização de aditivo de prorrogação de prazo de contrato, a ausência de solicitação do reajuste por parte do contratado enseja na decadência momentânea do direito do contratado em obter o reajuste, podendo ser solicitado a qualquer tempo, contudo, com efeito a partir do requerimento e baseado na data-base indicada no contrato.

6.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

6.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

6.5. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

6.6. O reajuste será realizado por apostilamento.

CLÁUSULA SÉTIMA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)

7.1. São obrigações do Contratante:

7.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

7.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência e Decreto Municipal nº 9136/2023;

7.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

7.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

7.1.5. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto ou prestação dos serviços, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato;

7.1.6. Aplicar ao Contratado sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do Contrato;

7.1.7. Cientificar o Setor Jurídico da Fundação de Saúde para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

7.1.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

7.1.9. Concluída a instrução do requerimento, a Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias para decidir, admitida a prorrogação motivada por igual período.

7.1.10. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais, se for o caso.

7.1.11. Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133/21, se for o caso.

7.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

7.3 Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico financeiro feitos pela CONTRATADA no prazo máximo de 45 (quarenta e cinco) dias, contado a partir da conclusão da instrução



do requerimento, sendo admitida a prorrogação motivada desse prazo por igual período, e observado o disposto no parágrafo único do artigo 131 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)

8.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato, em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

8.1.1. Manter preposto aceito pela Administração no local da obra ou do serviço para representá-lo na execução do contrato. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

8.1.2. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior (art. 137, II);

8.1.3. Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

8.1.4. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

8.1.5. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;

8.1.6. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do Fiscal ou Gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;

8.1.7. Quando não for possível a verificação da regularidade fiscal, a empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:

a) prova de regularidade perante a Fazenda Municipal (mobiliários), especialmente quando o proponente possuir domicílio ou sede no município;

b) prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;

c) prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho.

8.1.8. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;

8.1.9. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços;

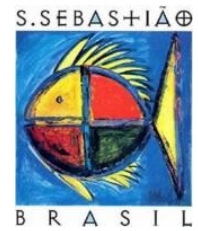
8.1.10. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento;

8.1.11. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;

8.1.12. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato;



FUNDAÇÃO DE SAÚDE PÚBLICA DE SÃO SEBASTIÃO
Lei Complementar nº 168/2013 e alterações



- 8.1.13. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;
- 8.1.14. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere;
- 8.1.15. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- 8.1.16. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação, ou para qualificação, na contratação direta;
- 8.1.17. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116);
- 8.1.18. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único);
- 8.1.19. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 8.1.20. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 8.1.21. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;
- 8.1.2.2. Se compromete a proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, relativos ao tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais.
- 8.1.23. Manter sigilo sobre todo e qualquer assunto de interesse da Administração Direta e Indireta do Município de São Sebastião/SP ou de terceiros que tomar conhecimento em razão da execução do objeto, respeitando todos os critérios estabelecidos, aplicáveis aos dados, informações, regras de negócios, documentos, entre outros pertinentes, sob pena de responsabilidade civil, penal e administrativa. Caso as informações que tenham acesso envolverem o tratamento de dados pessoais sob responsabilidade da Administração Direta e Indireta do Município de São Sebastião/SP, estará sujeito também aos dispositivos impostos pela Lei Geral de Proteção de Dados;
- 8.1.24. Notificará o município de São Sebastião/SP imediatamente sobre qualquer pedido legalmente vinculativo de divulgação dos dados pessoais por uma Autoridade Pública.

CLÁUSULA NONA- OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD -

As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709/2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

CLÁUSULA DÉCIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII e XIII)

10.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)





FUNDAÇÃO DE SAÚDE PÚBLICA DE SÃO SEBASTIÃO

Lei Complementar nº 168/2013 e alterações



11.1. Comete infração administrativa, o Contratado que praticar qualquer uma das condutas elencadas no art. 155 da Lei nº 14.133/2021.

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

11.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:

11.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei);

11.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §4º, da Lei);

11.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei)

11.2.4. Multa:

a) moratória de 0,5 % (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 15 (quinze) dias. O atraso superior a 15 dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133/2021.

b) compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

11.2.5. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Contratante (art. 156, §9º)

11.2.6. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º).

11.2.7. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157)

11.2.8. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º).

11.2.9. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

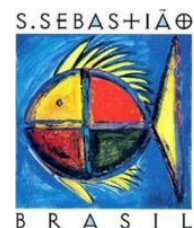
11.2.10. Caracterizado o atraso injustificado da obrigação ou a inexecução parcial, a Administração reterá, preventivamente, o valor da multa dos eventuais créditos que a contratada tenha direito, até a decisão definitiva. Na hipótese de decisão pela não aplicação da multa, o valor retido será devolvido à contratada corrigido pelo IPCA (Art. 110, §2º do Decreto Municipal nº 9136/2023).

11.3. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da



FUNDAÇÃO DE SAÚDE PÚBLICA DE SÃO SEBASTIÃO

Lei Complementar nº 168/2013 e alterações



Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

11.4. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159)

11.5. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

11.6. O não cumprimento de quaisquer das obrigações descritas, por descumprimento das regras sobre Proteção de Dados estabelecidas ou por ser responsável por incidente de segurança da informação envolvendo dados sob responsabilidade da Administração Direta e Indireta do Município de São Sebastião/SP, sujeitara a Contratada a processo administrativo para apuração de responsabilidade e, conseqüente, sanção, sem prejuízo de outras cominações cíveis e penais.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)

12.1. O contrato se extingue quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

12.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma físico-financeiro.

12.2.1. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

12.2.1.1 ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e

12.2.1.2. poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

12.3. O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da NLLC, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

12.3.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

12.3.2. A alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

12.3.3. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

12.4. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido de balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos; relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos e indenizações e multas.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)

13.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento: 2026.

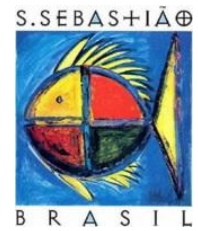
Fonte	Despesa Principal	Despesa Desdobrada	Cat. Econômica	Funcional			Elemento
				Cód. Dest.	Cód. Prog.	Cód. Proj. Ativ.	

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)





FUNDAÇÃO DE SAÚDE PÚBLICA DE SÃO SEBASTIÃO
Lei Complementar nº 168/2013 e alterações



14.1. Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021 e demais normas aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ALTERAÇÕES

15.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

15.2. O CONTRATADO é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do termo de contrato.

15.3. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO

16.1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento nos termos e condições previstas na Lei nº 14.133/21.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – FORO (art. 92, §1º)

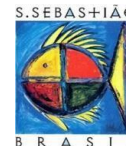
17.1. É eleito o Foro da Comarca de São Sebastião para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º da Lei nº 14.133/21.

São Sebastião, de de 2026.

CARLOS EDUARDO ANTUNES CRAVEIRO
Diretor Presidente
FUNDAÇÃO DE SAÚDE PÚBLICA DE SÃO SEBASTIÃO

(-)
(-)
CONTRATADA





TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIOS GERAIS PARA AS UNIDADES DA FUNDAÇÃO DE SAÚDE PÚBLICA DE SÃO SEBASTIÃO.

1.1. O objeto enquadra-se como **bem comum e fornecimento não contínuo** de acordo com o art. 6º, inciso XIII, da lei 14.133/2021.

2. JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. Considerando a necessidade de **assegurar a continuidade, a qualidade e a eficiência dos serviços públicos de saúde**, por meio da adequada estruturação física das unidades assistenciais e administrativas.

2.2. Considerando que atualmente, parte significativa do mobiliário em uso encontra-se em **avançado estado de desgaste**, em razão da utilização contínua e intensiva, característica dos serviços de saúde pública. Tal situação é **agravada pelas condições climáticas locais**, especialmente a elevada umidade típica da região litorânea, que contribui para a deterioração mais acelerada dos materiais, comprometendo sua durabilidade, segurança e funcionalidade.

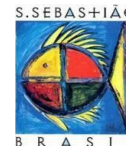
2.3. Considerando que foi previsto no Plano Anual de Contratações da Fundação de Saúde Pública a locação de novos imóveis destinados à instalação de unidades de saúde. Evidencia-se a necessidade de **planejamento prévio e contínuo para aquisição de mobiliários**, a fim de garantir que tais unidades sejam devidamente estruturadas e aptas ao pleno funcionamento desde o início de suas atividades ao decorrer da finalização das obras, quando necessárias.

2.4. Considerando que o mobiliário, nesse cenário, constitui elemento essencial ao funcionamento das unidades, influenciando diretamente a **organização dos ambientes, a fluidez dos atendimentos, a segurança dos usuários e o conforto dos profissionais de saúde**.

2.5. Considerando que a ausência ou inadequação dos espaços, causada pela ausência de determinados objetos, pode impactar negativamente a prestação do serviço público comprometendo a qualidade e segurança do atendimento.

2.6. Assim, a contratação pretendida tem por objetivos:

2.6.1. Promover a **substituição gradual de mobiliários desgastados ou em desconformidade** com as normas técnicas e ergonômicas vigentes;



- 2.6.2.** Assegurar **condições adequadas de segurança, conforto e funcionalidade** nas unidades de saúde;
- 2.6.3.** Proporcionar melhores condições de trabalho aos profissionais, contribuindo para a eficiência dos serviços prestados;
- 2.6.4.** Viabilizar a **estruturação de novas unidades**, garantindo sua pronta operacionalização.
- 2.7.** Diante das exposições é elaborado o presente termo de referência com o objetivo de viabilizar a contratação do presente objeto.

3. ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO

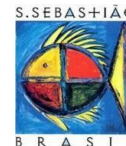
3.1. Os descritivos técnicos constantes neste instrumento foram elaborados com base nas necessidades da Administração e em especificações usuais de mercado, possuindo caráter orientativo quanto ao padrão mínimo de qualidade exigido. As dimensões indicadas são aproximadas, admitindo-se variações compatíveis com o processo produtivo, desde que não comprometam a funcionalidade, a finalidade do mobiliário e o atendimento às exigências técnicas estabelecidas.

3.2. Os produtos ofertados deverão atender integralmente às normas técnicas vigentes da Associação Brasileira de Normas Técnicas — ABNT, do Inmetro e de demais órgãos pertinentes, conforme a natureza de cada item. Quando aplicável, as mesas deverão observar os requisitos da ABNT NBR 13966; os armários, gaveteiros e mobiliários de armazenamento, os requisitos da ABNT NBR 13961; os mobiliários confeccionados em MDF, MDP ou painéis de partículas de madeira, os parâmetros da ABNT NBR 14810; as cadeiras e assentos, os requisitos da ABNT NBR 13962 e da NR-17; e os componentes metálicos, estruturas, bases, pés, longarinas, ferragens, pintura e acabamentos deverão observar as normas técnicas pertinentes à resistência, estabilidade, aderência, corrosão, pintura, segurança e durabilidade.

3.3. Caberá ao licitante, quando convocado pela Administração, apresentar catálogos, fichas técnicas, certificados de conformidade, laudos técnicos, relatórios de ensaio, declarações do fabricante ou documentos equivalentes, conforme a natureza do item e a exigência específica prevista neste Termo de Referência e no edital, contendo informações suficientes para análise técnica do produto ofertado, facultando-se à Administração a realização de diligências para verificação do atendimento às especificações e normas aplicáveis.

3.3.1. Os documentos técnicos não serão exigidos indistintamente para todos os itens, devendo ser observada a pertinência entre a documentação solicitada e a composição,





finalidade, complexidade e risco de cada produto.

3.3.2. Para itens com componentes metálicos, pintura eletrostática, estruturas em aço, bases, pés, longarinas ou partes sujeitas à corrosão, poderá ser exigida comprovação de resistência à corrosão, aderência da pintura, espessura da película seca, qualidade do acabamento e resistência ao desgaste, especialmente em razão da elevada umidade característica da região litorânea.

3.3.3. Para os requisitos ambientais e de sustentabilidade, poderão ser exigidos documentos que demonstrem origem regular da madeira, manejo florestal responsável, regularidade ambiental do fabricante, uso de materiais recicláveis, reciclados, atóxicos ou biodegradáveis, ou outros critérios compatíveis com o objeto, desde que relacionados à composição, ao processo produtivo ou ao ciclo de vida do item ofertado.

3.3.4. Serão admitidos documentos equivalentes, desde que demonstrem, de forma objetiva, o atendimento à finalidade técnica da exigência, preservando-se a competitividade e a seleção da proposta mais vantajosa.

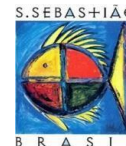
3.4. Eventuais omissões, inconsistências, divergências ou imprecisões de caráter técnico identificadas nos descritivos constantes neste Termo de Referência deverão ser interpretadas e sanadas com base nas normas técnicas vigentes aplicáveis à espécie, nas boas práticas de mercado e nos princípios da razoabilidade e eficiência administrativa, não eximindo o fornecedor da obrigação de fornecer produtos que atendam integralmente aos requisitos mínimos de qualidade, segurança, ergonomia, durabilidade e funcionalidade exigidos para uso institucional.

3.5. Os materiais deverão possuir tratamento e revestimento compatíveis com ambientes sujeitos à umidade característica de região litorânea.

3.6. A utilização de modelos e imagens de forma referencial, conforme autorizado pelo art. 41, inciso I, alínea “d”, da Lei nº 14.133/2021, justifica-se diante da ampla variedade de mobiliários disponíveis no mercado. Nesse sentido, a coluna “Imagens Referenciais” possui caráter meramente ilustrativo e orientativo, objetivando auxiliar as licitantes na compreensão do padrão mínimo de qualidade, acabamento, ergonomia e funcionalidade pretendidos pela Administração, não constituindo exigência de marca, fabricante ou modelo específico, admitindo-se o fornecimento de produtos de qualidade igual ou superior às especificações estabelecidas neste Termo de Referência.

3.7. Da apresentação de documentos técnicos e amostras

3.7.1. Para fins de comprovação da ergonomia, qualidade, segurança, durabilidade e



sustentabilidade dos produtos ofertados, a Administração poderá exigir da licitante melhor classificada, quando convocada, a apresentação de documentos técnicos.

3.7.2. Para os itens referentes a mesas de trabalho, mesas operacionais, mesas de reunião e mobiliários correlatos, poderá ser exigido Certificado de Conformidade emitido por Organismo de Certificação de Produto — OCP acreditado pela CGCRE/Inmetro, conforme a ABNT NBR 13966:2008, ou norma equivalente/vigente.

3.7.3. Para os itens referentes a armários, gaveteiros e mobiliários de armazenamento, poderá ser exigido Certificado de Conformidade emitido por OCP acreditado pela CGCRE/Inmetro, conforme a ABNT NBR 13961:2010, ou norma equivalente/vigente.

3.7.4. Para os itens confeccionados em MDF, MDP, madeira ou painéis de partículas de madeira, poderá ser exigida comprovação técnica relativa à qualidade dos painéis, colagem, resistência, baixa emissão de formaldeído, origem regular dos insumos e demais requisitos aplicáveis, inclusive por meio de laudos, certificados ou documentos equivalentes.

3.7.5. Para os itens que contenham madeira, MDF, MDP ou derivados, poderá ser exigida comprovação de origem legal e sustentável da madeira, mediante certificação FSC ou CERFLOR, ou documento equivalente, em nome da licitante, do fabricante ou do fornecedor da cadeia produtiva, desde que apto a demonstrar a origem regular e o manejo florestal responsável.

3.7.6. Quando aplicável à atividade desenvolvida pelo fabricante, poderá ser exigido Certificado de Regularidade no Cadastro Técnico Federal — CTF/IBAMA, válido na data da solicitação, especialmente para comprovação da regularidade ambiental relacionada à industrialização ou utilização de madeira, produtos florestais ou recursos ambientais.

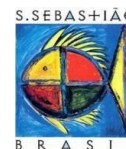
3.7.7. Para os itens sujeitos a requisitos ergonômicos, especialmente cadeiras, poltronas, assentos e mobiliários de uso prolongado por servidores e usuários, poderá ser exigido laudo técnico ou documento equivalente que comprove o atendimento aos requisitos aplicáveis da NR-17 e, quando cabível, da ABNT NBR 13962, emitido por profissional habilitado ou entidade tecnicamente competente.

3.7.8. Para os requisitos de sustentabilidade ambiental, poderão ser exigidos documentos que comprovem rotulagem ambiental, uso de materiais recicláveis, reciclados, atóxicos ou biodegradáveis, origem regular de insumos, redução de impactos ambientais no ciclo de vida do produto e atendimento a normas técnicas de sustentabilidade, quando compatíveis com a natureza do item ofertado.



FUNDAÇÃO DE SAÚDE PÚBLICA DE SÃO SEBASTIÃO

Lei Complementar nº 168/2013 e alterações



3.7.9. Deverá ser apresentado catálogo, desenho ilustrativo, ficha técnica ou documento equivalente de cada item ofertado, contendo, no mínimo, marca, modelo, fabricante, dimensões, materiais empregados, acabamento, características funcionais, garantia e especificação técnica suficiente para análise de conformidade.

Lote	Item	Qtde.	Unid.	Cód.	Descrição	Imagens Referenciais
1	1	15	UND	55818	Armário de Cozinha Balcão multiuso - na cor branca; Tampo em MDF de no mínimo 15mm que suporte no mínimo 50kg; com duas portas com puxador perfil em alumínio; com uma prateleira horizontal interna; com dimensões aproximadas de 0,86m (A) x 0,60m (L) x 0,52m (P).	
1	2	20	UND	55819	Armário Suspenso - duas portas; em MDF de no mínimo 15mm; na cor branca; com dois puxadores perfil em alumínio; com uma divisória interna horizontal e uma vertical formando 4 (quatro) compartimentos internos; com dimensões aproximadas de 0,66m (A) X 1,20m (L) x 0,31m (P)	
1	3	15	UND	55886	Armário Tipo Balcão Gabinete - Na cor Branca; com no mínimo duas portas e duas gavetas para talheres, panos e pratos; feito em MDF de no mínimo 15mm; dotado de puxadores em perfil de alumínio; com dimensões aproximadas de 1,20m (L) x 0,80m (A) x 0,5 m (P)	
2	1	30	UND	55820	Vitrine Suspensa - com estrutura confeccionada em MDF; contendo 01 porta com vidro temperado com espessura mínima de 4 mm; dobradiças metálicas, fechadura com chave, e prateleiras internas removíveis em MDF; adequadas para organização de materiais; com dimensões aproximadas de 64 cm (A) x 44 cm (L) x 25 cm (P);	
3	1	15	UND	55821	Armário Tipo Colmeia Organizadora - com 9 gavetas em cores variadas; com rodízios; feito em MDF ou MDP; dimensões aproximadas de 83cm (A) x 108cm (L) x 45cm (P).	







FUNDAÇÃO DE SAÚDE PÚBLICA DE SÃO SEBASTIÃO

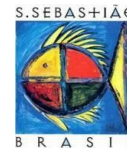
Lei Complementar nº 168/2013 e alterações




3	2	20	UND	55822	<p>Armário tipo colmeia - com 30 nichos, distribuídos de forma uniforme, com dimensões internas compatíveis com armazenamento de documentos no formato A4, confeccionado em MDF de no mínimo 15mm com revestimento melamínico, devendo atender aos requisitos de resistência e estabilidade; Dimensões aproximadas de: 1,84m (A) x 1,78m (L) x 0,45m (P)</p>	
4	1	70	UND	36021	<p>Armário alto fechado cinza - dimensões aproximadas 800 x 450 x 1600 mm, com tampo em MDP de 40 mm, revestido em ambas as faces por filme melamínico termoprensado 0,2 mm, texturizado, semifosco e antirreflexo. Corpo e portas em MDP mínimo 18 mm, revestidos em BP texturizado cinza nas faces internas e externas. Bordas em PVC ou ABS na cor do revestimento, com espessura mínima de 2 mm, raio mínimo de 2,5 mm e colagem Hot Melt. Base em tubo de aço 25 x 50 mm, espessura 1,5 mm, com pintura eletrostática cinza e quatro sapatas niveladoras. Possui duas prateleiras internas reguláveis e uma prateleira intermediária fixa estrutural. fixação do corpo por sistema de tambor de giro com bucha, fixação do tampo por bucha metálica de alta resistência, furação lateral a cada 32 mm para regulagem das prateleiras, sistema de pinos autotravantes com rosca em zamak e buchas embutidas, não sendo aceitos pinos diretos na madeira. Portas com três dobradiças em zamak, abertura de 270°, proteção contra remoção involuntária, batente em aço SAE 1006/1020, puxador metálico e fechadura tipo cremona metálica com fechamento simultâneo em 4 posições e duas chaves. Puxadores e fechaduras devem permitir alcance por usuários cadeirantes.</p> <p>Partes metálicas com tratamento antiferruginoso, fosfatização, soldas lisas, sem rebarbas ou pontos cortantes, pintura epóxi/poliéster eletrostática com espessura mínima de 40 microns. Ponteiras e sapatas em polipropileno, ajuste mínimo de 20 mm. Cores e padrões a definir. Admite-se variação de $\pm 5\%$ nas dimensões finais.</p>	

Assinado por 4 pessoas: CARRETES (5A) DARRIEDRANOTOSSES, DERIVAVEINCARIA DE MELO ANICETO DE SOUZA, DANIEL KAKIMOTO DE CAPITANI e FERNANDA CAROLINA SOUZA LIMA PALURI CUNHA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://fspss.1.doc.com.br/verificacao/59DB-FDE1-67D5-e-informe> e informe o código 59DB-FDE1-67D5





4	2	70	UND	50587	<p>Armário baixo cinza - em MDP para uso administrativo, dimensões mínimas 800 x 500 x 700 mm, com variação máxima de ± 10 mm. Tampo superior em MDP 25 mm, laminado melamínico de alta pressão pós-formável 0,60 mm, com raio de curvatura 10 mm formando 180°. Laterais, base, fundo, portas e prateleiras em MDP mínimo 18 mm, densidade mínima 620 kg/m³, revestimento melamínico alta pressão em ambas as faces, cor cinza. Bordas em PVC ou ABS mínimo 3 mm, colagem a quente, acabamento uniforme. Possui 02 portas de abrir post forming 90°, dobradiças metálicas, abertura mínima 270°, puxadores resistentes, fechadura metálica com 2 chaves e 01 prateleira interna móvel. armário destinado ao armazenamento de documentos, materiais de escritório e objetos diversos, com resistência, estabilidade e durabilidade compatíveis com uso público. Fundo fixado de forma estrutural às laterais, base e tampo, contribuindo para o travamento do conjunto. Painéis conforme ABNT NBR 14810 ou norma substituta, com classe de emissão de formaldeído E1 ou equivalente. Portas com sistema de travamento. Prateleira interna em MDP 18 mm, recuada 5 cm da porta, devendo suportar carga mínima de 20 kg distribuídos. Prateleira intermediária fixa estrutural, com dispositivo de montagem em PVC ou similar, furação Ø8 x 12 mm e usinagem Ø12 x 12 mm, sem cavilhas ou parafusos. Laterais com furação a cada 32 mm, tolerância de 5 cm, para regulagem por pinos autotravantes com rosca em zamak e peças plásticas de travamento. Base com sapatas niveladoras em material termoplástico de alta resistência, com ajuste interno para compensação de irregularidades do piso.</p>	
---	---	----	-----	-------	--	--







FUNDAÇÃO DE SAÚDE PÚBLICA DE SÃO SEBASTIÃO

Lei Complementar nº 168/2013 e alterações




4	3	40	UND	56466	<p>Gaveteiro volante cinza - medidas aproximadas 400 x 490 x 590 mm, com 03 gavetas. Tampo em MDP de 40 mm, revestido em ambas as faces por filme melamínico termoprensado 0,2 mm, texturizado, semifosco e antirreflexo. Corpo, frentes e fundo em madeira aglomerada ou MDP/MDF, espessura mínima de 18 mm, densidade média de 600 kg/m³, revestidos em laminado melamínico de baixa pressão resistente à abrasão. Bordas em PVC, ABS ou poliestireno, na cor do revestimento, coladas pelo processo Hot Melt. Sistema de montagem por minifix. Rodízios duplos mínimo 35 mm, frontais com trava. Gavetas em 15 mm, com correções telescópicas, puxadores zamak e travamento simultâneo; borda do tampo com fita PVC ou ABS de seção semicircular 180°, espessura mínima de 3 mm com encaixe "T", ou fita PVC/ABS mínimo 2 mm e raio mínimo de 2,5 mm. Frentes de gaveta em MDP, MDF, lâmina de madeira natural ou revestimento termoformável, com 18 mm. Rodízios fixados por parafusos autoatarrachantes 4 x 20 mm. Fundo das gavetas em chapa de alta densidade mínima de 2,5 mm, com revestimento na face aparente. Correções telescópicas com curso de 400 mm em aço estampado, rolamento suave por roldana de nylon. Puxadores tipo alça cromados ou niquelados, 110 x 12 x 30 mm, com variação de ±5%. Travamento simultâneo por haste de alumínio 2,0 mm, peça única, sem soldas ou parafusos, com acionamento frontal por fechadura e chave escamoteável. Montagem das gavetas por dispositivo em PVC ou similar, formato semioval, com furação Ø8 x 12 mm e usinagem Ø12 x 12 mm, sem cavilhas ou parafusos. Admite-se variação de ±5% nas dimensões finais.</p>	
4	4	30	UND	53697	<p>Armário alto fechado amadeirado claro - dimensões aproximadas 800 x 450 x 1600 mm, com tampo em MDP de 40 mm, revestido em ambas as faces por filme melamínico termoprensado 0,2 mm, texturizado, semifosco e antirreflexo. Corpo e portas em MDP mínimo 18 mm, revestidos em BP texturizado nas faces internas e externas. Bordas em PVC ou ABS na cor do revestimento, com espessura mínima de 2 mm, raio mínimo de 2,5 mm e colagem Hot Melt. Base em tubo de aço 25 x 50 mm, espessura 1,5 mm, com pintura eletrostática e quatro sapatas niveladoras. Possui duas prateleiras internas reguláveis e uma prateleira intermediária fixa estrutural.</p>	

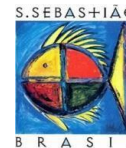


FUNDAÇÃO DE SAÚDE PÚBLICA DE SÃO SEBASTIÃO

Lei Complementar nº 168/2013 e alterações



					<p>fixação do corpo por sistema de tambor de giro com bucha e fixação do tampo por bucha metálica de alta resistência. Borda do tampo com fita PVC ou ABS de seção semicircular 180°, espessura mínima de 3 mm com encaixe “T”, ou fita PVC/ABS mínimo 2 mm, raio mínimo de 2,5 mm. Prateleiras recuadas 5 cm da porta, com furação lateral a cada 32 mm para regulagem, tolerância de 5 cm, pinos autotravantes com rosca em zamak, buchas embutidas e peças plásticas de travamento, não sendo aceitos pinos diretos na madeira. Portas com três dobradiças em zamak, abertura de 270°, proteção contra remoção involuntária, batente em aço SAE 1006/1020, puxador metálico de liga não ferrosa e fechadura tipo cremona metálica com fechamento simultâneo em 4 posições e duas chaves. Puxadores e fechaduras devem permitir alcance por usuários cadeirantes. Partes metálicas com tratamento antiferruginoso, fosfatização, soldas lisas, sem rebarbas, pintura epóxi/poliéster eletrostática com espessura mínima de 40 microns. Ponteiras e sapatas em polipropileno, ajuste mínimo de 20 mm. Cores e padrões a definir. Admite-se variação de $\pm 5\%$ nas dimensões finais.</p>	
4	5	30	UND	56467	<p>Armário baixo amadeirado claro em MDP, para uso administrativo, dimensões mínimas 800 x 500 x 700 mm, com variação máxima de ± 10 mm. Tampo superior em MDP 25 mm, laminado melamínico de alta pressão pós-formável 0,60 mm, raio de curvatura 10 mm formando 180°. Laterais, base, fundo, portas e prateleiras em MDP mínimo 18 mm, densidade mínima 620 kg/m³, revestimento melamínico alta pressão em ambas as faces. Bordas em PVC ou ABS mínimo 3 mm, colagem a quente. Possui 02 portas post forming 90°, dobradiças metálicas, abertura mínima 270°, puxadores resistentes, fechadura com 2 chaves, 01 prateleira móvel; armário destinado ao armazenamento de documentos, materiais de escritório e objetos diversos, com resistência, estabilidade e durabilidade compatíveis com uso público. Fundo fixado de forma estrutural às laterais, base e tampo. Painéis conforme ABNT NBR 14810 ou norma substituta, com classe de emissão de formaldeído E1 ou equivalente. Prateleira interna móvel em MDP 18 mm, recuada 5 cm da porta, com carga mínima de 20 kg distribuídos. Prateleira intermediária fixa</p>	



					estrutural, com dispositivo de montagem em PVC ou similar, furação Ø8 x 12 mm e usinagem Ø12 x 12 mm, sem cavilhas ou parafusos. Laterais com furação a cada 32 mm, tolerância de 5 cm, para regulagem por pinos autotravantes com rosca em zamak e peças plásticas de travamento. Base com sapatas niveladoras em material termoplástico de alta resistência, com ajuste interno.	
4	6	30	UND	53698	<p>Gaveteiro volante amadeirado - medidas aproximadas 400 x 490 x 590 mm, com 03 gavetas. Tampo em MDP de 40 mm, revestido em ambas as faces por filme melamínico termoprensado 0,2 mm, texturizado, semifosco e antirreflexo. Corpo, frentes e fundo em madeira aglomerada ou MDP/MDF, espessura mínima de 18 mm, densidade média de 600 kg/m³, revestidos em laminado melamínico de baixa pressão resistente à abrasão. Bordas em PVC, ABS ou poliestireno, na cor do revestimento, coladas pelo processo Hot Melt. Sistema de montagem por minifix. Rodízios duplos mínimo 35 mm, frontais com trava. Gavetas em 15 mm, com correções telescópicas, puxadores zamak e travamento simultâneo. borda do tampo com fita PVC ou ABS de seção semicircular 180°, espessura mínima de 3 mm com encaixe "T", ou fita PVC/ABS mínimo 2 mm e raio mínimo de 2,5 mm. Frentes de gaveta em MDP, MDF, lâmina de madeira natural ou revestimento termoformável, com 18 mm. Rodízios fixados por parafusos autoatarrachantes 4 x 20 mm. Fundo das gavetas em chapa de alta densidade mínima de 2,5 mm, com revestimento na face aparente. Correções telescópicas com curso de 400 mm em aço estampado, rolamento suave por roldana de nylon. Puxadores tipo alça cromados ou niquelados, 110 x 12 x 30 mm, com variação de ±5%. Travamento simultâneo por haste de alumínio 2,0 mm, peça única, sem soldas ou parafusos, com acionamento frontal por fechadura e chave escamoteável. Montagem das gavetas por dispositivo em PVC ou similar, formato semioval, com furação Ø8 x 12 mm e usinagem Ø12 x 12 mm, sem cavilhas ou parafusos. Verificar a cor final, pois o título indica amadeirado e o texto original menciona cinza. Admite-se variação de ±5% nas dimensões finais</p>	





FUNDAÇÃO DE SAÚDE PÚBLICA DE SÃO SEBASTIÃO

Lei Complementar nº 168/2013 e alterações



5	1	30	UND	56187	<p>Armário Suspenso de Consultório - com 01 (uma) porta e pistões, confeccionado em MDF ou MDP com espessura mínima de 15 mm, na cor Cinza, dotado de puxador tipo perfil em alumínio ou equivalente; com 01 (uma) divisória interna horizontal; dimensões aproximadas de 0,45 m de altura x 0,90 m de comprimento x 0,35 m de profundidade; acompanhado de ferragens e sistema de fixação compatíveis com instalação suspensa, garantindo estabilidade, segurança e resistência ao uso institucional; acabamento uniforme, sem rebarbas, arestas cortantes ou imperfeições.</p>	
5	2	30	UND	56188	<p>Armário Suspenso de Escritório com 01 (uma) porta e pistões - confeccionado em MDF ou MDP com espessura mínima de 15 mm, na cor amadeirada clara, dotado de puxador tipo perfil em alumínio ou equivalente; com 01 (uma) divisória interna horizontal; dimensões aproximadas de 0,45 m de altura x 0,90 m de comprimento x 0,35 m de profundidade; acompanhado de ferragens e sistema de fixação compatíveis com instalação suspensa, garantindo estabilidade, segurança e resistência ao uso institucional; acabamento uniforme, sem rebarbas, arestas cortantes ou imperfeições.</p>	
6	1	30	UND	55826	<p>Arquivo de Aço com 04 Gavetas - Pintura em epóxi na Cor Cinza; Para Pasta Suspensas de prontuários; Em Chapa de aço Nº 24 ou superior; pintura eletroestática à pó; com suporte para aproximadamente 30 kg por gaveta; com trilho telescópico; com puxadores em material resistente; com fechadura; com dimensões externas aproximadas de 1330mm (A) x 470mm (L) x 570mm (P).</p>	
6	2	20	UND	55828	<p>Arquivo de Aço com 6 Gavetas - para fichas de 6 x 9 polegadas; com capacidade de aproximadamente 25kg por gaveta; Pintura em epóxi na Cor Cinza; Chapa de aço nº 24 ou superior; com fechadura e chave; com trilho telescópico; Medidas aproximadas de 1334mm (A) x 580mm (L) x 630mm (P).</p>	





FUNDAÇÃO DE SAÚDE PÚBLICA DE SÃO SEBASTIÃO

Lei Complementar nº 168/2013 e alterações



7	1	20	UND	55829	Armário Roupeiro em Aço - Pintura em epóxi na Cor Cinza; com 16 portas pequenas ventiladas; em quatro colunas com 4 portas por coluna; em Chapa de aço nº 24 ou superior; com dispositivo para utilização individual de cadeado; com Pés de sustentação elevados; com medidas aproximadas de 2m (a) x 0,50m (L) x 1,20m (C)	
7	2	15	UND	56147	Armário Roupeiro em Aço - Pintura em epóxi na Cor Cinza; com 12 portas pequenas ventiladas; em três colunas com 4 portas por coluna; em Chapa de aço nº 24 ou superior; com dispositivo para utilização individual de cadeado; com Pés de sustentação elevados; com medidas aproximadas de 2m (a) x 0,36m (L) x 0,93m (C)	
7	3	40	UND	55830	Armário de Aço - Pintura em epóxi na Cor Cinza; Chapa de aço nº 24 ou superior; com no mínimo 4 prateleiras com resistência mínima de 20kg por prateleira; prateleiras reguláveis; Com 2 portas e fechadura com chave; com medidas aproximadas de 1,93m (A)x 0,90m (L) x 0,40m (P); conforme ABNT NBR 13961:2010 ou equivalente.	
8	1	100	UND	55831	Estante de Aço - Pintura em epóxi na Cor Cinza; Em Chapa de aço nº 24 ou superior; com 6 prateleiras reguláveis; com furos para regulagem de altura; resistente a no mínimo 25kg por prateleira distribuídos uniformemente com reforço estrutural compatível; com medidas aproximadas de 1,98m (A)x 0,92m (L) x 0,45m (P).	
8	2	10	UND	55832	Estante Organizadora para Caixas Bin nº 6 - modelo com capacidade para 50 bins, confeccionada em aço carbono, com pintura eletrostática a pó, adequada para armazenamento e organização de peças e materiais diversos. O conjunto deverá ser composto por 01 estante metálica e 50 (cinquenta) caixas plásticas tipo Bin nº 6. A estante deverá possuir dimensões aproximadas de 2,00 m (A) x 1,00 m (L), admitindo variações compatíveis com os padrões de fabricação. As caixas organizadoras tipo Bin nº 6 deverão possuir dimensões aproximadas de 15 cm (A) x 18 cm (L) x 29 cm (P), confeccionadas em material plástico resistente, próprias para utilização em estantes.	



FUNDAÇÃO DE SAÚDE PÚBLICA DE SÃO SEBASTIÃO

Lei Complementar nº 168/2013 e alterações



8	3	10	UND	55833	<p>Estante Organizadora para Caixas tipo Bin nº 8 - com capacidade para acomodação entre 21 e 24 caixas organizadoras, confeccionada em aço carbono, com pintura eletrostática a pó, destinada ao armazenamento e organização de peças e materiais diversos. O conjunto deverá ser composto por 01 estante metálica e entre 21 (vinte e uma) e 24 (vinte e quatro) caixas plásticas tipo Bin nº 8 ou equivalente. A estante deverá possuir dimensões aproximadas de 2,00 m (A) x 1,00 m (L), admitindo variações compatíveis com os padrões de fabricação. As caixas organizadoras tipo Bin nº 8 deverão possuir dimensões aproximadas de 19 cm (A) x 32 cm (L) x 43 cm (P)</p>	
8	4	10	UND	55834	<p>Estante Organizadora Porta-Componentes com Gaveteiro tipo Bin nº 5 - composta por estrutura metálica confeccionada em aço carbono, chapa nº 16 ou superior, com pintura eletrostática a pó na cor preta. O conjunto deverá possuir 72 (setenta e duas) gavetas organizadoras tipo Bin nº 5, confeccionadas em material plástico resistente, adequadas para armazenamento de pequenos componentes. As gavetas tipo Bin nº 5 deverão possuir dimensões aproximadas de 120 mm (A) x 155 mm (L). A estrutura da estante deverá possuir dimensões aproximadas de 2,00 m (A) x 1,00 m (L); admitindo variações compatíveis com os padrões de fabricação;</p>	
9	1	80	UND	55835	<p>Cadeira Presidente Ergonômica - com espaldar alto em tela na cor preta, estrutura em material de alta resistência e assento estofado em espuma injetada de densidade compatível com uso corporativo; com sistema BackSystem ou similar; Dotada de apoio de cabeça com regulagem de altura e inclinação, com suporte cervical; encosto com suporte lombar ajustável; Deverá possuir apoios de braços com regulagem 2D ou superior, regulagem de altura do assento por pistão a gás; Base giratória com 05 (cinco) rodízios de PU; capacidade mínima de carga de 120 kg ou superior; Largura do assento de no mínimo 50 cm; altura do encosto de no mínimo 70 cm; compatível com a NR-17.</p>	








FUNDAÇÃO DE SAÚDE PÚBLICA DE SÃO SEBASTIÃO

Lei Complementar nº 168/2013 e alterações



9	2	80	UND	55836	<p>Cadeira Ergonômica - com espaldar alto em tela na cor preta, estrutura em material de alta resistência e assento estofado em espuma injetada de densidade compatível com uso corporativo; com sistema BackSystem ou equivalente; encosto com suporte lombar ajustável; Deverá possuir apoios de braços com regulagem de altura, regulagem de altura do assento por pistão a gás; Base giratória com 05 (cinco) rodízios de PU; capacidade mínima de carga de 110 kg ou superior; Largura do assento de no mínimo 50cm; altura do encosto de no mínimo 60cm; O produto deverá atender aos requisitos ergonômicos estabelecidos pela NR-17</p>	
10	1	150	UND	55838	<p>Cadeira Giratória Tipo Secretária cor preta; com suporte para braço regulável em altura; estrutura com base giratória de 5 (cinco) apoios em material resistente, equipada com rodízios duplos com giro de 360°; regulagem de altura do assento por meio de pistão a gás; encosto com ajuste de altura e inclinação por meio de mecanismo tipo Back System; assento e encosto confeccionados em espuma injetada de alta densidade, revestidos em tecido sintético resistente e de fácil limpeza; estrutura projetada para proporcionar ergonomia e conforto durante o uso; capacidade mínima de suporte de 110 kg; produto em conformidade com os requisitos da NR-17 Ergonomia, ou norma equivalente vigente.</p>	
10	2	15	UND	55839	<p>Cadeira giratória tipo secretária reforçada - na cor preta; capacidade mínima de suporte de carga de 200 kg, com largura mínima do assento e encosto de 50cm cada; altura do encosto mínima de 49 cm; ajuste de altura por pistão a Gás ajustável entre aproximadamente 93 cm e 103 cm; destinada ao uso em ambientes administrativos; Deverá possuir assento e encosto confeccionados em espuma injetada de alta densidade, com revestimento em tecido sintético ou material equivalente de alta resistência; Dotada de apoios de braços fixos ou reguláveis, suporte lombar fixo, e regulagem de altura do assento por meio de pistão a gás; 12 meses de garantia; compatível com a NR-17;</p>	





FUNDAÇÃO DE SAÚDE PÚBLICA DE SÃO SEBASTIÃO

Lei Complementar nº 168/2013 e alterações



10	3	200	UND	55840	<p>Cadeira Fixa para Escritório cor preta; estrutura fixa em aço de alta resistência, com pintura eletrostática a pó; assento e encosto confeccionados em espuma injetada de alta densidade, revestidos em tecido sintético resistente e de fácil limpeza; base com pés fixos dotados de sapatas de apoio para proteção do piso; estrutura projetada para proporcionar conforto e estabilidade durante o uso; capacidade mínima de suporte de 110 kg; produto em conformidade com os requisitos da NR-17 Ergonomia, ou norma equivalente vigente.</p>	
10	4	15	UND	55841	<p>Cadeira Fixa para Obeso cor preta; estrutura fixa reforçada em aço de alta resistência, com pintura eletrostática a pó; assento e encosto confeccionados em espuma injetada de alta densidade D45 ou superior, revestidos em tecido sintético resistente e de fácil limpeza; estrutura projetada para maior durabilidade e estabilidade; pés fixos com sapatas de apoio para proteção do piso; dimensões ampliadas para melhor acomodação do usuário; capacidade mínima de suporte de 250 kg; produto compatível com os requisitos da NR-17 Ergonomia, ou norma equivalente vigente; garantia mínima de 12 meses.</p>	
10	5	20	CJ	55842	<p>Conjunto com 10 Cadeiras Fixas Empilháveis cor preta; estrutura confeccionada em aço tubular de alta resistência, com tratamento anticorrosivo e pintura eletrostática a pó; assento e encosto fabricados em polipropileno de alta resistência, anatômicos e de fácil higienização; modelo empilhável para otimização de espaço e armazenamento; pés com sapatas de proteção para evitar danos ao piso; capacidade mínima de suporte de 110 kg; produto destinado a uso institucional, com garantia mínima de 12 (doze) meses.</p>	
10	6	20	UND	55843	<p>Cadeira dobrável em aço - Pintura Branca em epóxi; com suporte até 120 kg;</p>	





FUNDAÇÃO DE SAÚDE PÚBLICA DE SÃO SEBASTIÃO

Lei Complementar nº 168/2013 e alterações



10	7	60	UND	56186	<p>Cadeira universitária com prancheta de apoio lateral - estrutura confeccionada em aço carbono com pintura eletrostática a pó; assento e encosto estofados em espuma injetada de densidade compatível com uso institucional; revestidos em material resistente, lavável e de fácil higienização; com capacidade mínima de suporte de 120 kg; Deverá possuir prancheta lateral em MDF, MDP ou material equivalente de alta resistência, fixa ou escamoteável, com acabamento nas bordas, fixação segura à estrutura e dimensões compatíveis para apoio à escrita, garantindo estabilidade, conforto e durabilidade.</p>	
11	1	50	UND	52937	<p>Longarina 3 lugares tipo aeroporto estrutura metálica em aço com acabamento cromado na cor prata; base fixa em formato Y, dotada de 04 (quatro) sapatas de apoio para melhor estabilidade e proteção do piso; composta por 03 (três) assentos individuais; assentos e encostos com estofamento em espuma de densidade adequada, revestidos em couro sintético (PU) na cor preta ou equivalente; estrutura resistente para uso contínuo em ambientes institucionais; Dimensões aproximadas de 50 cm (L) x 77cm (A) x 182cm (C); capacidade mínima de carga de 120 kg por assento; garantia mínima de 12 (doze) meses</p>	
11	2	50	UND	52938	<p>Longarina 4 lugares tipo aeroporto estrutura metálica em aço com acabamento cromado na cor prata; base fixa em formato Y, dotada de 04 (quatro) sapatas de apoio para estabilidade e proteção do piso; composta por 04 (quatro) assentos individuais; assentos e encostos com estofamento em espuma de densidade adequada, revestidos em couro sintético (PU) ou material equivalente de alta resistência, na cor preta ou similar; estrutura resistente para uso contínuo em ambientes institucionais; Dimensões aproximadas de 68 cm (L) x 80cm (A) x 236cm (C); capacidade mínima de carga de 120 kg por assento; garantia mínima de 12 (doze) meses.</p>	
12	1	15	UND	56433	<p>Mesa em "L" pé painel - com gaveteiro fixo, acabamento amadeirado claro, medidas aproximadas 1600 x 1600 x 600 x 740 mm. Superfície composta por dois tampos unidos por parafusos rosca métrica, em MDF ou MDP com espessura mínima de 40 mm, recorte ergonômico, bordas retas e arredondadas raio 2,5 mm. Revestimento em laminado melamínico, acabamento microtexturizado fosco tipo gofrato. Possui</p>	





FUNDAÇÃO DE SAÚDE PÚBLICA DE SÃO SEBASTIÃO

Lei Complementar nº 168/2013 e alterações



					<p>passa-fios Ø60 mm no vértice, painel frontal em MDF/MDP 15 mm, pés painéis laterais em MDF/MDP 25 mm, calha de aço #18 para fiação, coluna de sustentação no vértice e 02 suportes para tomadas; componentes metálicos com pré-tratamento químico por imersão, lavagem e secagem, recebendo pintura epóxi-pó curada em estufa, na cor preto fosco. A sustentação da superfície deverá ocorrer por pés painéis laterais interligados ao painel frontal, garantindo estruturação e estabilidade. Gaveteiro fixo com 02 gavetas, corpo em MDP mínimo 15 mm, revestido em filme melamínico 0,2 mm, texturizado, semifosco e antirreflexo, cor amadeirado claro. Frentes em MDP, MDF, lâmina de madeira natural ou revestimento termoformável, com 18 mm. Bordas em PVC, ABS ou poliestireno, coladas pelo processo Hot Melt. Fechadura na gaveta superior com fechamento simultâneo, puxadores em aço zamak cromado ou niquelado, corredeças em aço estampado com roldanas de nylon e parada antitombamento. Montagem com mini-fix oculto e dispositivos em PVC ou similar, sem cavilhas ou parafusos aparentes. Apresentar relatório de ensaio emitido por laboratório acreditado pelo INMETRO, conforme ABNT NBR 13966:2008 e demais documentos técnicos solicitados no TR. Cores e padrões a definir. Admite-se variação de $\pm 5\%$ nas dimensões finais.</p>	
12	2	15	UND	56468	<p>Mesa em "L" sem gavetas - pé painel, acabamento amadeirado claro, dimensões aproximadas 1600 x 1600 x 600 x 740 mm. Superfície em MDF ou MDP, composta por dois tampos unidos por parafusos rosca métrica, com espessura mínima de 40 mm, formato em "L" com recorte ergonômico, bordas retas e arredondadas raio 2,5 mm. Revestimento em laminado melamínico e acabamento microtexturizado fosco tipo gofrato. Possui passa-fios Ø60 mm no vértice, painel frontal em MDF/MDP 15 mm, pés painéis laterais em MDF/MDP 25 mm, calha de aço #18 em "U" para fiação, coluna de sustentação no vértice e 02 suportes para tomadas; sustentação por pés painéis laterais interligados ao painel frontal, garantindo estruturação e estabilidade ao conjunto. Coluna de sustentação no vértice em chapa de aço dobrada #18 ou coluna tubular, com passagem de fiação para acesso à superfície superior do tampo. Componentes metálicos com pré-tratamento químico por imersão,</p>	



FUNDAÇÃO DE SAÚDE PÚBLICA DE SÃO SEBASTIÃO

Lei Complementar nº 168/2013 e alterações



					lavagem e secagem, recebendo pintura epóxi-pó fixada por carga elétrica e curada em estufa de alta temperatura, na cor preto fosco. Apresentar relatório de ensaio emitido por laboratório acreditado pelo INMETRO, demonstrando conformidade com a ABNT NBR 13966:2008 e demais documentos técnicos solicitados no TR. Item sem gavetas.	
12	3	25	UND	56459	<p>Mesa de escritório grande reta - pé painel com gaveteiro fixo, acabamento amadeirado claro, dimensões aproximadas 1500 x 600 x 740 mm. Superfície de trabalho em MDF ou MDP, composta por dois tampos unidos por parafusos rosca métrica, com espessura mínima de 40 mm, bordas retas e arredondadas raio 2,5 mm, revestimento em laminado melamínico e acabamento microtexturizado fosco tipo gofrato. Possui passa-fios Ø60 mm, painel frontal em MDF/MDP 15 mm, pés painéis laterais em MDF/MDP 25 mm, calha de aço #18 em "U" para fiação, 02 suportes para tomadas e componentes metálicos com pintura epóxi-pó preto fosco. componentes metálicos com pré-tratamento químico por imersão, lavagem e secagem, com pintura epóxi-pó fixada por carga elétrica e curada em estufa. Gaveteiro fixo com 02 gavetas, corpo em MDP mínimo 15 mm, revestido em filme melamínico 0,2 mm, texturizado, semifosco e antirreflexo, cor amadeirado claro. Frentes em MDP, MDF, lâmina de madeira natural ou revestimento termoformável, com 18 mm. Bordas em PVC, ABS ou poliestireno, coladas pelo processo Hot Melt. Fechadura na gaveta superior com fechamento simultâneo, puxadores em aço zamak cromado ou niquelado, corredeiras em aço estampado com roldanas de nylon e parada antitombamento. Montagem com mini-fix oculto e dispositivos em PVC ou similar, sem cavilhas ou parafusos aparentes. Apresentar relatório de ensaio emitido por laboratório acreditado pelo INMETRO, conforme ABNT NBR 13966:2008 e demais documentos técnicos solicitados no TR. Cores e padrões a definir. Admite-se variação de $\pm 5\%$ nas dimensões finais.</p>	








FUNDAÇÃO DE SAÚDE PÚBLICA DE SÃO SEBASTIÃO

Lei Complementar nº 168/2013 e alterações



12	4	25	UND	56460	<p>Mesa de escritório grande reta sem gavetas - pé painel, acabamento amadeirado claro, dimensões aproximadas 1500 x 600 x 740 mm. Superfície de trabalho em MDF ou MDP, composta por dois tampos unidos por parafusos rosca métrica, com espessura mínima de 40 mm, formato retangular, bordas retas e arredondadas raio 2,5 mm. Revestimento em laminado melamínico e acabamento microtexturizado fosco tipo gofrato. Possui passa-fios Ø60 mm, painel frontal em MDF/MDP 15 mm, pés painéis laterais em MDF/MDP 25 mm, calha de aço #18 em “U” para passagem de fiação, 02 suportes para tomadas e componentes metálicos com pintura epóxi-pó preto fosco; sustentação da superfície por pés painéis laterais interligados ao painel frontal, garantindo estruturação e estabilidade da mesa. Revestimento das duas faces e bordas do painel frontal e dos pés painéis em laminado melamínico, no mesmo padrão do tampo superior. Componentes metálicos com pré-tratamento químico por imersão, lavagem e secagem para preparo da superfície, com pintura epóxi-pó fixada por carga elétrica e curada em estufa de alta temperatura. Apresentar, junto com a proposta reajustada, relatório de ensaio emitido por laboratório acreditado pelo INMETRO, demonstrando conformidade com a ABNT NBR 13966:2008 e demais documentos técnicos solicitados no TR.</p> <p>Item sem gavetas.</p>	
12	5	15	UND	56461	<p>Mesa de escritório média reta pé painel com gaveteiro fixo - acabamento amadeirado claro, dimensões aproximadas 1200 x 600 x 740 mm. Superfície em MDF ou MDP, composta por dois tampos unidos por parafusos rosca métrica, com espessura mínima de 40 mm, bordas retas e arredondadas raio 2,5 mm, revestimento em laminado melamínico e acabamento microtexturizado fosco tipo gofrato. Possui passa-fios Ø60 mm, painel frontal em MDF/MDP 15 mm, pés painéis laterais em MDF/MDP 25 mm, calha de aço #18 em “U” para fiação, 02 suportes para tomadas, componentes metálicos com pintura epóxi-pó preto fosco, gaveteiro fixo com 02 gavetas; componentes metálicos com pré-tratamento químico por imersão, lavagem e secagem, com pintura epóxi-pó fixada por carga elétrica e curada em estufa. Gaveteiro fixo com 02 gavetas, corpo em MDP mínimo 15 mm, revestido em filme melamínico 0,24mm, texturizado, semifosco</p>	

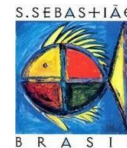




					<p>e antirreflexo, cor amadeirado claro. Frentes em MDP, MDF, lâmina de madeira natural ou revestimento termoformável, com 18 mm. Bordas em PVC, ABS ou poliestireno, coladas pelo processo Hot Melt. Fechadura na gaveta superior com fechamento simultâneo, puxadores em aço zamak cromado ou niquelado, corrediças em aço estampado com roldanas de nylon e parada antitombamento. Montagem com mini-fix oculto e dispositivos em PVC ou similar, sem cavilhas ou parafusos aparentes. Apresentar relatório de ensaio emitido por laboratório acreditado pelo INMETRO, conforme ABNT NBR 13966:2008 e demais documentos técnicos solicitados no TR. Cores e padrões a definir. Admite-se variação de $\pm 5\%$ nas dimensões finais.</p>	
12	6	15	UND	56462	<p>Mesa de escritório média reta sem gavetas, pé painel, acabamento amadeirado claro, dimensões aproximadas 1200 x 600 x 740 mm. Superfície em MDF ou MDP, composta por dois tampos unidos por parafusos rosca métrica, com espessura mínima de 40 mm, formato retangular, bordas retas e arredondadas raio 2,5 mm, revestimento em laminado melamínico e acabamento microtexturizado fosco tipo gofrato. Possui passa-fios Ø60 mm, painel frontal em MDF/MDP 15 mm, pés painéis laterais em MDF/MDP 25 mm, calha de aço #18 em "U" para fiação, 02 suportes para tomadas e componentes metálicos com pintura epóxi-pó preto fosco; sustentação da superfície por pés painéis laterais interligados ao painel frontal, garantindo estruturação e estabilidade da mesa. Revestimento das duas faces e bordas do painel frontal e dos pés painéis em laminado melamínico, no mesmo padrão do tampo superior. Componentes metálicos com pré-tratamento químico por imersão, lavagem e secagem para preparo da superfície, com pintura epóxi-pó fixada por carga elétrica e curada em estufa de alta temperatura. Apresentar, junto com a proposta reajustada, relatório de ensaio emitido por laboratório acreditado pelo INMETRO, demonstrando conformidade com a ABNT NBR 13966:2008 e demais documentos técnicos solicitados no TR. Item sem gavetas.</p>	

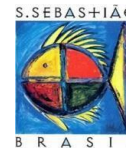



FUNDAÇÃO DE SAÚDE PÚBLICA DE SÃO SEBASTIÃO

Lei Complementar nº 168/2013 e alterações



12	7	100	UND	56463	<p>Mesa de consultório cinza, medidas aproximadas 1200 x 600 x 740 mm, confeccionada em MDP, com tampo de 25 a 30 mm e saias frontais mínimas de 18 mm, revestidos em ambas as faces por filme melamínico termoprensado 0,2 mm, texturizado, semifosco e antirreflexo. Bordas em PVC ou ABS, na cor do revestimento, com acabamento perfeito, podendo possuir seção semicircular 180° com espessura mínima de 3 mm ou fita mínima de 2 mm e raio mínimo de 2,5 mm. Possui passa-fios Ø60 mm, estrutura com dois pés metálicos, calhas de fiação sob o tampo e ao longo da saia frontal, sapatas niveladoras e pintura epóxi/poliéster eletrostática; estrutura em aço carbono SAE 1006/1020, chapa dobrada mínima de 1,5 mm, com passagens internas e externas para elétrica, lógica e telefonia. Pés metálicos fixados por parafusos, com apoio regulável em nylon ou polipropileno, diâmetro mínimo de 50 mm e regulagem de ±20 mm. Estruturas laterais com largura mínima de 100 mm, colunas em aço SAE 1008, espessura mínima de 1,20 mm, fechamentos internos e externos com furação mínima de 9 mm a 45°, fixados por encaixe, gancho ou click. Base horizontal inferior em aço estampado, com comprimento mínimo de 450 mm, largura central mínima de 55 mm e altura mínima de 30 mm. Base superior em chapa de aço carbono SAE 1008, espessura mínima de 3 mm, dobrada e cortada a laser. Tratamento anticorrosivo com resistência mínima de 1400 horas em névoa salina, conforme NBR 17088:2023. Fixação do tampo com parafusos e bucha metálica de alta resistência. Partes metálicas com fosfatização, soldas lisas, sem rebarbas, pintura em pó híbrida epóxi/poliéster, espessura mínima de 40 microns. Admite-se variação de ±5% nas dimensões finais.</p>	
12	8	15	UND	56464	<p>Mesa de reunião retangular cinza, medidas aproximadas 2000 x 900 x 740 mm, com tampo em MDP de 25 a 30 mm, revestido em ambas as faces por filme melamínico termoprensado 0,2 mm, texturizado, semifosco e antirreflexo. Saias frontais em MDP mínimo 18 mm, altura entre 300 e 400 mm. Bordas em PVC ou ABS, na cor do revestimento, com acabamento perfeito, podendo possuir seção semicircular 180° com espessura mínima de 3 mm ou fita mínima de 2 mm e raio mínimo de 2,5 mm. Possui passa-fios Ø60 mm, estrutura com dois pés metálicos, calhas de fiação sob o</p>	



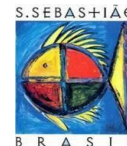
					<p>tampo e ao longo da saia frontal, reforço central, sapatas niveladoras e pintura epóxi/poliéster eletrostática. estrutura em aço carbono SAE 1006/1020, chapa dobrada mínima de 1,5 mm, com passagens internas e externas para elétrica, lógica e telefonia. Pés metálicos fixados por parafusos, com apoio regulável em nylon ou polipropileno, diâmetro mínimo de 50 mm e regulagem de ± 20 mm. Estruturas laterais com largura mínima de 100 mm, colunas em aço SAE 1008, espessura mínima de 1,20 mm, fechamentos internos e externos com furação mínima de 9 mm a 45°, fixados por encaixe, gancho ou click, sem fixação por pressão. Reforço central em tubo de aço SAE 1006/1020, seção retangular mínima 40 x 20 x 1,20 mm. Base horizontal inferior em aço estampado, formato inclinado e arredondado, comprimento mínimo de 680 mm, largura central mínima de 55 mm e altura mínima de 30 mm. Base superior em chapa de aço carbono SAE 1008, espessura mínima de 3 mm, dobrada e cortada a laser. Tratamento anticorrosivo com resistência mínima de 1400 horas em névoa salina, conforme NBR 17088:2023. Fixação do tampo por parafusos e bucha metálica de alta resistência. Partes metálicas com fosfatização, soldas lisas, sem rebarbas, pintura em pó híbrida epóxi/poliéster, espessura mínima de 40 microns. Admite-se variação de $\pm 5\%$ nas dimensões finais.</p>	
12	9	5	UND	56465	<p>Mesa de reunião oval para escritório, acabamento amadeirado claro, dimensões aproximadas 2700 x 900 x 740 mm. Tampo confeccionado em painel de madeira MDP ou MDF de alta densidade, com espessura mínima de 25 mm, revestido em BP ou material equivalente. Bordas em PVC ou equivalente, com espessura mínima de 2 mm e acabamento arredondado. Pés confeccionados em painel de madeira MDP ou MDF, com espessura mínima de 25 mm, dotados de sapatas niveladoras para ajuste a desníveis do piso. Sistema de fixação com ferragens metálicas de alta resistência, garantindo estabilidade, firmeza e durabilidade.</p> 	





FUNDAÇÃO DE SAÚDE PÚBLICA DE SÃO SEBASTIÃO

Lei Complementar nº 168/2013 e alterações






13	1	15	CJ	55850	Mesa para Refeitório 4 Pés - Feita em MDP 18mm; medidas de aproximadas de 720 mm (A) X 2000 mm (L) x 800 mm (P); com dois bancos em MDP 25mm medindo aproximadamente 2m (C) x 0,30m (P) x 0,45m (A); Banco e mesa pintados na cor Cinza Pintado em laminado melamínico e com fita de borda em todos os contornos;	
13	2	15	CJ	55860	Mesa para Refeitório com 4 cadeiras - Tampo Feito em MDF com tratamento anti-umidade com no mínimo 15mm; base em aço com pintura epóxi com ponteiros nos pés; tamanho aproximado de 70 (L) x 70 (C) x 80 (A); com 4 cadeiras com ponteiros nos pés, empilháveis entre si, com encosto e assento em polipropileno e estrutura em aço pintado em epóxi com capacidade de sustentar no mínimo 130kg.	
14	1	10	UND	55851	Mesa Dobrável em aço - Pintura Branca; com medidas aproximadas de 73 cm (A) x 58 (L) x 58 (P).	
14	2	10	UND	55852	Mesa dobrável portátil tipo maleta - Cor Branca; 180cm (C) x 70cm (L); fabricada em aço e polietileno.	
15	1	25	CJ	55853	Mesa infantil com 04 (quatro) cadeiras - Tampo em MDP/MDF laminado 18mm ou superior que suporte no mínimo 120kg; estrutura feita em tubos de aço pintados em epóxi; mesa com aproximadamente 80cm(L) x 80 cm (C) x 55cm (A); com bordas arredondas revistadas de fita de bordas em toda extensão; acompanha 4 cadeiras feitas em polipropileno resistente e estrutura em tubos de aço pintados em epóxi; em cores variadas entre si de tamanho aproximado de 35 (L) x 35 (C) x 33cm (A).	
15	2	15	CJ	55068	Conjunto de Mesa Plástica Quadrada Monobloco Empilhável e cadeiras plásticas - mesa quadrada em polipropileno e aditivos com anti-uv, medidas 72cm (A) x 70cm (D) x 70 cm (P) , produto monobloco, resistente e empilhável com 4 Cadeiras	



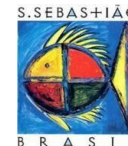
FUNDAÇÃO DE SAÚDE PÚBLICA DE SÃO SEBASTIÃO


Lei Complementar nº 168/2013 e alterações



16	1	15	UND	55854	Escorregador Infantil - com 3 degraus, prancha abaulada no centro, bordas salientes e anatômicas, suporte de segurança entre prancha e escada, cores diversificadas. Medidas aproximadas: 61(L)x63(A)x91(C)cm	
17	1	60	UND	55855	Apoio Ergonômico para Pés - confeccionado em polipropileno e estrutura em aço cromado; com superfície antiderrapante; com sapatas antiderrapantes;	
18	1	15	CJ	55856	Trocador de fraldas almofadado - composto por base acolchoada com revestimento impermeável e de fácil higienização, dotado de bordas laterais elevadas de proteção, destinado ao apoio seguro durante a troca de fraldas de bebês; Deverá possuir estrutura de suporte de chão em formato tipo X, confeccionada em material resistente, proporcionando estabilidade e sustentação adequadas ao uso; O conjunto deverá ser acompanhado de banheira e redutor compatíveis, próprios para utilização infantil; Capacidade mínima de suporte de carga de até 20 kg; capacidade mínima do tanque de 25 Litros.	
19	1	20	CJ	55858	Poltrona para amamentação com balanço e puff em MDF - conjunto composto por 01 (uma) poltrona com sistema de balanço e 01 (um) puff de apoio. Estrutura da poltrona fabricada em madeira de eucalipto ou material equivalente de resistência compatível, com base apropriada para movimento de balanço. Encosto com enchimento em fibra siliconada e assento fixo com espuma de densidade de D28 a D33 Revestimento em couro sintético ou tecido tipo linho ou material equivalente de alta resistência, na cor branca. Capacidade mínima de carga de 120kg.	
20	1	10	UND	55859	Espaldar de madeira - feito em madeira maciça; com revestimento verniz; com no mínimo 11 barras horizontais variadas; com capacidade de carga mínima de 140kg; dimensões mínimas aproximadas de 48cm (C) x 93 cm (L) x 238cm (A); distância mínima entre parede e espaldar de aproximadamente 13,5 cm; Espessura das barras de aproximadamente 3,2cm.	





20	2	10	UND	55861	Maca Divã de Madeira - Portátil; capacidade de no mínimo 300kg; com altura regulável de aproximadamente 55cm a 80cm (A).; com apoio de cabeça incluso; na cor azul escuro; com largura mínimo de 70 cm.	
----	---	----	-----	-------	---	---

3.8. Considerando a necessidade de padronização dos bens a serem adquiridos, a fim de garantir compatibilidade técnica, uniformidade operacional, eficiência na manutenção e adequada gestão dos recursos públicos, verifica-se que a aplicação do tratamento diferenciado previsto na Lei Complementar nº 123/2006 poderá comprometer o conjunto do objeto, especialmente em razão do possível fracionamento da contratação, o que poderá resultar no fornecimento de um mesmo produto por fornecedores distintos, com especificações técnicas divergentes, comprometendo a padronização das unidades de saúde e a uniformidade dos preços praticados; assim, nos termos do art. 49, inciso III, da referida lei, justifica-se a não aplicação dos benefícios previstos, por não se mostrarem vantajosos à Administração e por representarem risco à eficiência e economicidade, em consonância com os princípios estabelecidos na Lei nº 14.133/2021.

4. PRAZO DO CONTRATO

4.1. O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, contado a partir da divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP, prorrogável por igual período, admitindo-se a renovação dos quantitativos, nos termos do disposto no §5º do Art. 67 do Decreto Municipal nº 9136/2023.

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

5.1. Durante o fornecimento do objeto deste termo de referência será exigido que a empresa esteja em compatibilidade com as obrigações a serem assumidas, no tocante à regularidade jurídica, fiscal, trabalhista e econômico-financeira;

5.2. Fornecer o bem solicitado, que contenha as características iguais ou superiores às descritas neste termo respeitando também:

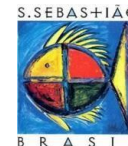
5.3. A **contratada** deverá respeitar na execução dos serviços, no que couber:

a) As Normas e especificações constantes neste termo de referência e em outros documentos relativos.

b) Normas da ABNT, INMETRO e demais órgãos pertinentes.

c) As disposições legais, pertinentes, da União, Estado e Município.





d) As prescrições e recomendações dos fabricantes, dando ciência para esta Fundação de Saúde Pública.

5.4. Atender os prazos e condições constantes neste termo de referência.

5.5. **Subcontratação:** Não será permitida subcontratação sem prévia comunicação à FSPSS.

5.6. **Garantia da contratação:** Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

5.7. **Garantia dos bens:** O prazo de garantia dos produtos será de, no mínimo, 12 (doze) meses, incluindo-se a garantia legal conforme a legislação pertinente.

6. EXECUÇÃO DO OBJETO

6.1. A entrega do objeto deste Termo deverá ser efetuada de acordo com quantidade solicitada, em até 30 (trinta) dias corridos, podendo este prazo ser prorrogado, de maneira justificada aceita pela contratante, por igual período, sendo o prazo inicial contado do recebimento da nota de empenho e da Ordem de Fornecimento, sob pena de aplicação de sanções previstas neste termo de referência e em demais documentos relativos ao presente processo;

6.2. Os itens aqui solicitados deverão ser entregues no Almojarifado da Fundação de Saúde Pública de São Sebastião, localizado na Rua Benedito Ramos dos Santos, nº 148, Varadouro, São Sebastião/SP – CEP: 11611651, em dias de expediente nesta Fundação, das 08:30h às 16:00h.

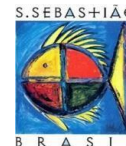
6.2.1. Poderá haver a mudança do local de entrega, mediante prévia comunicação, dentro dos limites do município de São Sebastião.

6.3. O objeto deverá ser entregue acompanhado da respectiva Nota Fiscal.

6.4. O objeto será recebido de acordo com as especificações deste termo de referência, sendo que as quantidades serão definidas no decorrer do contrato, conforme requisições geradas por esta Fundação.

6.5. A Fundação de Saúde Pública de São Sebastião (FSPSS) rejeitará o objeto entregue em desacordo com a qualidade, característica e especificações constantes neste Termo, restando a empresa a obrigatoriedade da imediata substituição.

6.6. A garantia legal ou contratual tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, neste Termo ou em outro instrumento hábil que o substitua, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.



7. GESTÃO DO CONTRATO

7.1. As futuras aquisições deverão observar e cumprir o quanto disposto neste Termo de Referência e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei nº 14.133/2021, art. 115, caput).

7.2. Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da presente contratação (Lei nº 14.133/2021, art. 121, caput).

7.3. A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, §1º).

7.4. As comunicações entre a Entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito ou por e-mail sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se também, excepcionalmente o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

7.5. A Contratada deverá assegurar a FSPSS o direito de fiscalizar, sustar e/ou recusar o objeto que não esteja de acordo com as condições estabelecidas no presente Termo, ficando certo que, em hipótese alguma, a falta de fiscalização exime a responsabilidade da Contratada de atender as condições aqui previstas.

8. MEDIÇÃO E PAGAMENTO

8.1. Os objetos serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato ou pelo Almoxarifado desta Fundação de Saúde, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na Proposta.

8.2. Os produtos solicitados poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência, devendo ser substituídos no prazo de 10 (dez) dias úteis, às custas da contratada, contados a partir da notificação expedida pela FSPSS, prorrogável à critério da Fundação de Saúde.

8.2.1. A fornecedora fica ainda obrigada a substituir o objeto defeituoso durante a garantia e, nas mesmas condições, se ocorrido o previsto no item 8.2.

8.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade dos objetos entregues e consequente aceitação



FUNDAÇÃO DE SAÚDE PÚBLICA DE SÃO SEBASTIÃO

Lei Complementar nº 168/2013 e alterações



mediante termo detalhado.

8.3.1. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências estabelecidas.

8.3.2. Na hipótese de a verificação não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

8.4. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

8.5. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos produtos nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

8.6. Antes do pagamento da nota fiscal ou da fatura serão exigidas as certidões de regularidade fiscal, social, trabalhista e econômico-financeira.

8.7. A detentora deverá assumir todas as despesas recorrentes do transporte dos produtos, inclusive carga e descarga, até os locais indicados pela FSPSS.

8.8. O pagamento será efetuado mediante o processamento dos documentos de cobrança, apresentados pela DETENTORA, num prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura.

8.8.1. Considera-se ocorrido o recebimento da Nota Fiscal/Fatura quando a Diretoria Requisitante atestar o recebimento do objeto.

8.9. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária.

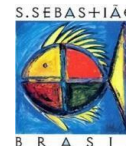
8.10. Previamente a emissão do Empenho, a Fundação de Saúde verificará o eventual descumprimento das condições para contratação, especialmente quanto à existência de sanção que a impeça, mediante a consulta a cadastros informativos oficiais, tais como:

8.10.1. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);

8.10.2. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>);

8.10.3. CADIN - Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais;

8.10.4. Sistema Apenados, mantido pelo Tribunal de Contas do Estado de São



Paulo, disponível em: <https://www4.tce.sp.gov.br/apenados/publico>);

8.10.5. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa Inelegibilidade, disponível em: https://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php).

8.10.6. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

8.10.7. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

9. SELEÇÃO DO FORNECEDOR

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de licitação, na modalidade **PREGÃO**, sob a forma **ELETRÔNICA**. O critério adotado para a presente aquisição será de **MENOR PREÇO POR LOTE**.

9.2. Será exigida apenas pelo(s) licitante(s) vencedor(es) a apresentação dos documentos de habilitação necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, restringindo-se à documentação jurídica, regularidade fiscal, social, trabalhista, qualificação econômico-financeira e declarações previstas na Lei nº 14.133/2021.

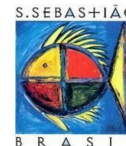
9.3. É vedado a participação de empresa impedida de licitar ou contratar com a Administração Pública.

9.4. A licitante deverá adicionar o(s) catálogo(s)/prospecto(s) e, quando for o caso, certificação ou qualificação dos produtos quando do envio dos documentos relativos à fase de habilitação

9.4.1. O catálogo deverá informar todas as características pertinentes ao produto ofertado;

9.4.2. A análise do catálogo será realizada pela equipe técnica da Diretoria Requisitante após a disputa/fase de lances;

9.4.3. A não indicação de marca ou fabricante do produto ofertado e/ ou indicação de mais de uma marca ou fabricante, a não comprovação das qualificações ou certificações exigidas, assim como a apresentação de itens incompatíveis com os descritivos e



exigências deste termo implicarão na desclassificação dos licitantes e a convocação do participante seguinte na ordem de classificação.

10. ESTIMATIVA DO PREÇO

10.1. O custo estimado da contratação possui caráter sigiloso e será tornado público apenas e imediatamente após o julgamento das propostas quando se dará a divulgação no PNCP – Portal Nacional de Contratações Públicas.

10.2. A opção pelo sigilo do orçamento visa preservar a competitividade entre fornecedores, possibilitar negociações estratégicas, prevenir inflação de preços, proteger a segurança do processo e respeitar a estratégia administrativa, contribuindo para uma contratação mais eficiente e vantajosa.

11. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. As hipóteses de cometimento de infrações administrativas, bem como as respectivas sanções aplicáveis, serão detalhadamente descritas na respectiva Ordem de Serviço, ata de registro de preços e no edital, observando-se, prioritariamente, o disposto no Regulamento Interno desta Fundação de Saúde (Resolução nº 224, de 23 de setembro de 2025). Na ausência de norma interna específica, aplicar-se-ão as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021 e do Decreto Municipal nº 9.136/2023.

11.2. A Fundação de Saúde Pública de São Sebastião adotará todas as medidas administrativas, técnicas e legais necessárias para assegurar a fiel execução do objeto, exigindo o integral cumprimento de todas as cláusulas previstas na ata de registro de preços e as condições estabelecidas neste Termo de Referência e demais instrumentos que o integram, não sendo tolerado o descumprimento, ainda que parcial, das obrigações assumidas.

12. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

12.1. O Plano de Contratações Anuais referente ao exercício de 2026 foi devidamente elaborado pela Administração, contemplando o objeto pretendido, conforme o item nº 4 do mesmo, na parte relativa aos bens permanentes.

12.2. Ainda, o respectivo objeto possui como previsão orçamentária as seguintes despesas

DIRETORIA	FONTE	DESPESA PRINCIPAL	DESPESA DESDOBRADA
ATENÇÃO BÁSICA	1 - TESOURO	1309	8694





FUNDAÇÃO DE SAÚDE PÚBLICA DE SÃO SEBASTIÃO

Lei Complementar nº 168/2013 e alterações



ATENÇÃO BÁSICA	1 – TESOIRO	1271	8693
ESPECIALIZADA	1 – TESOIRO	1328	8695
SAÚDE BUCAL	1 - TESOIRO	1339	8696
FINANCEIRO	1 - TESOIRO	1347	8697

São Sebastião, data da assinatura digital.

ANGÉLICA DE OLIVEIRA COSTA

Diretoria de Atenção Especializada
(assinatura digital)

FERNANDA CAROLINA SOUZA LIMA PALURI

Diretoria de Atenção Básica
(assinatura digital)

DANIEL KAKIMOTO DE CAPITANI

Diretoria de Saúde Bucal
(assinatura digital)

LILIANE MARIA DE MELO ANICETO DE SOUZA

Diretoria Financeira
(Assinatura digital)

Assinado por 4 pessoas: CAROLINA SOUZA LIMA PALURI, DANIEL KAKIMOTO DE CAPITANI e FERNANDA CAROLINA SOUZA LIMA PALURI CUNHA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://fspss.1.doc.com.br/verificacao/59DB-F0E1-8012-68D5-e-infome@codigo.59DB-F0E1-8012-68D5>





VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: E5D8-F4E1-8712-C715

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

- ✓ ANGELICA OLIVEIRA COSTA (CPF 060.XXX.XXX-80) em 16/06/2026 09:12:29 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

- ✓ LILIANE MARIA DE MELO ANICETO DE SOUZA (CPF 303.XXX.XXX-27) em 16/06/2026 09:15:03
GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

- ✓ DANIEL KAKIMOTO DE CAPITANI (CPF 190.XXX.XXX-01) em 16/06/2026 09:18:17 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

- ✓ FERNANDA CAROLINA SOUZA LIMA PALURI CUNHA (CPF 295.XXX.XXX-84) em 16/06/2026
11:54:01 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://fspss.1doc.com.br/verificacao/E5D8-F4E1-8712-C715>





VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 59FD-1D71-C019-66D5

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

- ✓ CARLOS EDUARDO ANTUNES CRAVEIRO (CPF 261.XXX.XXX-08) em 02/07/2026 14:14:06
GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://fspss.1doc.com.br/verificacao/59FD-1D71-C019-66D5>